



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nº 12.462 DE 04 DE AGOSTO DE 2011, DO DECRETO Nº 7.581 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011, DO DECRETO GOVERNAMENTAL Nº 35.431, DE 24 DE AGOSTO DE 2014, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993; DA LEI COMPLEMENTAR Nº 13.190/2015 E ALTERAÇÕES, PARA:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL) POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES) DA DRENAGEM DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADA NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, TRECHO ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.**

---

**CAROLINE DA SILVA BRESSAN**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## EDITAL DE LICITAÇÃO RDC N° 121/2021 PMN

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL) POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES) DA DRENAGEM DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADA NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, TRECHO ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.

**DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011, do Decreto Governamental nº 35.431, de 24 de agosto de 2014, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 13.190/2015 e alterações.

**Fundamento legal:** ART. 1º, § 3º, da LEI Nº 13.190, de 19 de novembro de 2011;

**DATA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até 18/11/2021 AS 13:30**

**Data da sessão:** 18/11/2021

**Horário:** 14:00

**Local:** BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – [www.bnc.org.com.br](http://www.bnc.org.com.br)

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL) POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES) DA DRENAGEM DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADA NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, TRECHO ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, no regime de contratação integrada, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2. A licitação será realizada pelo regime de contratação integrada, sagrando-se





vencedor o licitante que ofertar o menor preço.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO VALOR ESTIMADO**

2.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, serão informadas quando do momento da contratação (§2º, art. 7º, Decreto Federal nº 7.892/2013).

2.2. Com valor máximo estimado da licitação conforme o projeto básico.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - BNC.

3.2. O cadastro no BNC poderá ser iniciado no bolsa nacional de compras, no sítio [www.bnc.org.com.br](http://www.bnc.org.com.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RDC.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no BNC e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, após implementadas diligências ordinárias.

3.6. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO RDC**

4.1. Poderão participar deste procedimento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento da BNC.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

4.2.3. Pessoa jurídica estrangeira que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. O servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

4.2.5. Pessoa física ou jurídica, na forma do art. 36 da Lei nº 12.462/11, mediante





participação direta ou indireta:

- a) Que tenha elaborado o projeto básico ou executivo correspondente;
- b) Que tenha participado de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente;
- c) Pessoa jurídica na qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado.

4.2.5.1. Para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

4.2.5.1.1. O disposto neste subitem se aplica aos membros da comissão de licitação.

4.2.6. Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação observado o disposto no item **10.5.3.1.1** deste Edital;

4.2.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.8. Participação concomitante de Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.3. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta de preços.

4.6. Como condição para participação no RDC, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. Que cumpre os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta



apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.6.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.6.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. O licitante deve apresentar declaração de ciência da exigência de que o contratado deve conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo, nos termos do art. 8º, § 2º, III, do Decreto nº 7.581, de 2011.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

5.1 Poderão participar da Licitação empresas isoladas ou reunidas em consórcio, ante as características do objeto, que tendo adquirido o Edital, satisfaçam plenamente todas as suas cláusulas e a legislação em vigor.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1 Poderá ocorrer a subcontratação parcial de 30% dos serviços, em casos excepcionais expressamente aprovados pela Secretaria de Obras, excetuando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto.

## **7. ACEITAÇÃO**

7.1 A obra será aceita se atenderem as suas respectivas especificações. O atendimento às especificações deve ser demonstrado pela Contratada à Fiscalização.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA**

8.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.







8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.5.1. valor global para o item da proposta, utilizando 4 (quatro) casas decimais para evitar correções futuras na PROPOSTA DE PREÇOS;

8.5.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

.....

8.5.3. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da sua apresentação.

8.6. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto.

8.7. O licitante deverá anexar os seguintes documentos:

8.7.1. Cronograma físico-financeiro, observando-se as etapas e prazos de execução e a previsão de reembolso orçamentário estabelecida neste Edital e seus anexos, e incluindo as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras;

8.7.2. Planilhas de composição analítica das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais, discriminando todas as parcelas que o compõem.

8.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

8.10. É de inteira responsabilidade da licitante obter, dos órgãos competentes, informação sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento objeto desta licitação nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

8.12. A verificação de conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, após a fase de disputas, nos termos do art. 24, §1º da Lei nº 12.462/11.



## 9. DA FASE DE DISPUTAS

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O modo de disputa será o aberto com tempo de 15 minutos para lances, sem prorrogação.

9.3. Os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos, sucessivos e crescentes / decrescentes. Havendo a adoção de fase aberta, com ou sem combinação, os lances seguirão as seguintes regras:

9.2.1. Iniciada a etapa, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

9.2.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.2.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de *desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema*.

9.2.4. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 5% (cinco por cento).*

9.2.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

9.2.6. Os lances enviados em desacordo com o item acima serão descartados automaticamente pelo sistema.

9.2.7. Em caso de falha no Sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo presidente da comissão de licitação do RDC, com registro da ocorrência em campo próprio do sistema e comunicação imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

9.2.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.2.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.3. A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo sistema, que informará, os sistemas eletrônicos encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a comissão de licitação e os licitantes.

9.4. No caso de desconexão com a Comissão do RDC, no decorrer da etapa competitiva do RDC, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.5. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Comissão do RDC aos participantes.

9.6. Encerrada a fase de apresentação de propostas ou lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for



empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.7. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.8. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.9. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.10. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.11. Após a aplicação do disposto no subitem anterior, persistindo o empate entre 2(duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.11.1. Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

9.11.2. Sorteio em sessão pública.

## **10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a Comissão de RDC classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

10.1.1. A comissão de licitação negociará com o licitante melhor classificado condições mais vantajosas.

10.1.2. A negociação acima poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

10.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.2. A proposta ajustada ao lance vencedor, deverá ser encaminhada via sistema, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, e deverá conter:

10.2.1. A razão social da proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), mencionando o banco, número da conta corrente e da agência bancária no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame;





10.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

10.2.3. Planilha de composição de custos unitários (analítica) de todos os itens da planilha orçamentária, com os valores adequados ao lance vencedor, em que deverá constar:

a) indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

b) composição dos custos unitários quando diferirem daqueles constantes dos sistemas de referências adotados nas licitações; e

c) detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais -ES.

10.2.3.1. O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a mesma sequência dos itens da planilha orçamentária.

10.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

10.2.3.3. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, conforme art. 42, do Decreto nº 7.581/2011.

10.2.3.3.1. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública, com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011.

10.2.3.3.2. No caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as seguintes condições:

10.2.3.3.2.1. serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia;

10.2.3.3.2.2. em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

10.2.3.3.2.2.1. Não havendo aprovação, pela administração, do relatório técnico circunstanciado de que trata este item, será dada oportunidade ao licitante para ajustar a sua planilha de preços ao lance vencedor, obedecendo os limites dos custos unitários, antes de eventual desclassificação.

10.2.3.3.3. No caso de adoção do regime de empreitada por preço global ou de empreitada integral, serão observadas as seguintes condições:

10.2.3.3.3.1. no cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico financeiro seja igual ou inferior ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado;



10.2.3.3.3.2. em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela administração pública, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite fixado no subitem acima.

10.2.3.3.3.2.1. Não havendo aprovação, pela administração, do relatório técnico circunstanciado de que trata este item, será dada oportunidade ao licitante para ajustar a sua planilha de preços ao lance vencedor, obedecendo os limites dos custos unitários e/ou das etapas, antes de eventual desclassificação.

10.2.3.3.4. Encerrada a etapa competitiva do processo, poderão ser divulgados os custos dos itens ou das etapas do orçamento estimado que estiverem abaixo dos custos ou das etapas ofertados pelo licitante da melhor proposta, para fins de reelaboração da planilha com os valores adequados ao lance vencedor.

10.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

10.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

10.2.5. A composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, discriminando todas as parcelas que o compõem;

10.2.5.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

10.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

10.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

10.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

10.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

10.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

10.2.5.7. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.



10.2.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de abertura do certame.

10.2.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço.

10.2.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.2.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.3. Será desclassificada a proposta que:

10.3.1. contenha vícios insanáveis;

10.3.2. não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

10.3.3. apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

10.3.4. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; ou

10.3.5. apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável, incluindo previsão de oferta de vantagem não prevista no edital (tais quais financiamentos subsidiados ou a fundo perdido) ou apresentação de preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

10.4. Podem ser consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a **70% (setenta por cento)** do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou,

b) Valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

10.4.1. Na situação deste item, a administração deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, mediante diligências na forma deste Edital.

10.4.1.1. Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

10.4.2. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

10.5. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Comissão do RDC poderá, de ofício ou mediante provocação fundada de qualquer interessado, realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

10.5.1. Eventual convocação do licitante para envio de documento digital, será por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.2. É facultada à comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;



10.5.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.6. O licitante que abandonar o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital e demais legislações pertinentes a matéria.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, a Comissão de Licitação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1 A proponente deverá enviar eletronicamente os seguintes documentos de "HABILITAÇÃO":

11.1.1 Declaração de Habilitação (Anexo II) - Quando apresentar no credenciamento não precisa apresentar na Habilitação;

11.1.2 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação (Anexo III);

11.1.3 Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo IV);

11.1.4 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seu objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

### **11.2 Habilitação Jurídica:**

11.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

11.2.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com todas as alterações ou a última alteração consolidada, ou por transformação transcrita na íntegra devidamente registrado/autenticado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

11.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

11.2.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



**11.2.5 Apresentar Certidão Simplificada atualizada**, para fins de comprovação das alterações contratuais. (Se apresentar no CREDENCIAMENTO não precisará repetir a apresentação da mesma na habilitação).

### **11.3 Regularidade Fiscal:**

11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

[http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp)

11.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Ex: [www.sintegra.gov.br](http://www.sintegra.gov.br)).

11.3.3 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Tributos Federais e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

11.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

<https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>

11.3.5 Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. *(site relativo ao município da sede do licitante).*

11.3.6 As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

11.3.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

11.3.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)/TST, (instituída pela Lei 12.440/2011), com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.tst.jus.br/certidao>

### **11.4 Qualificação Econômico-Financeira:**

11.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

11.4.1.1 A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, somente será válida se apresentada juntamente com a respectiva Certidão de Registros Cadastrados no sistema e-Proc.

<https://certeproc1q.tjsc.jus.br>

Observação: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.



11.4.2 Cópia autenticada do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

**11.4.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.**

11.4.4 O Balanço Patrimonial pode ser atualizado por índices oficiais (IPCA), publicados pela Fundação Getúlio Vargas; quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

11.4.5 O balanço patrimonial deverá conter o seu Termo de Abertura e o seu Termo de Encerramento, e neles deverá constar o número das folhas em que o mesmo consta do Livro Diário da empresa, com o respectivo registro na Junta Comercial.

11.4.6 Serão considerados aceitos como na forma de lei o balanço e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) sociedades regidas pela Lei nº 6.404./76 (sociedades anônimas):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (Ltda).

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**11.4.7 As empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, do último exercício social, acompanhado dos termos de abertura e encerramento e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;**

11.4.8 Demonstração de que dispõe de Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1,0 (Um). Para demonstração desse índice, deverá ser realizada a seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

11.4.9 Demonstração de que dispõe de Índice de Grau de Endividamento (IEG) menor ou igual a 1,0 (Um). Para demonstração desse Índice, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 1,0$$

**11.5 Qualificação Técnica:**

11.5.1 Capacidade técnico-operacional da licitante:



a) registro ou Inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sede da empresa (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93);

b) Comprovação de que a licitante executou/prestou, sem restrição, projeto/serviço/obra de características semelhantes aos indicados no subitem b.1, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos. A comprovação será feita por meio de apresentação de 1 (um) Atestado com Certidão de Acervo Técnico para cada subitem dos itens b.1.1; b.1.2; b.1.3, certificado pelo CREA, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante;

b.1) As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, na forma do art. 30, da Lei Federal n. 8.666/93, são, cumulativamente:

b.1.1) Serviços de Recuperação e/ou Reabilitação de Obras viárias executadas em vias urbanas sem interrupção de tráfego, avenidas, corredores urbanos, nos seguintes serviços e quantitativos:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. mín. (% relação ao quantitativo do Anteprojeto)
1	Elaboração de projetos executivos de obras de implantação e/ou requalificação urbana com pavimentação de vias urbanas, inclusive projetos de drenagem e sinalização.	352 m <sup>2</sup>
2	Execução de obras de implantação e/o de requalificação urbana com pavimentação de vias urbanas, inclusive obras de drenagem e sinalização.	352 m <sup>2</sup>
3	Execução de concreto armado pigmentado	15 t

b.1.2) Serviços envolvendo operações de terraplenagem (corte, carga, transporte e aterro controlado), conforme os seguintes quantitativos:





Item	Descrição dos Serviços	Quant. mín. (% relação ao quantitativo do Anteprojeto)
4	Operações de corte e carga mecanizada de material.	51 m <sup>3</sup>
5	Operações de compactação mecanizada em aterro	51 m <sup>3</sup>

b.1.3) Serviços envolvendo execução de infraestrutura (drenagem e remanejamento de interferências), conforme os seguintes quantitativos:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. mín. (% relação ao quantitativo do Anteprojeto)
6	Execução de canais para sistema de micro drenagem.	82 m
7	Experiência comprovada em PDDT - Plano de Desvio de Trafego em vias de trânsito intenso.	Comutativo

b.2) Para comprovação da capacidade técnico-operacional deverá estar expressa na Certidão de Acervo Técnico que o profissional que a detém estava, à época da execução da obra/serviço, vinculado à licitante, sendo essa vinculação comprovada na forma do Item A.2 (Capacidade técnico-profissional do responsável técnico);

A licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados nos quadros acima dos itens b.1.1 até b.1.3.

b.3) Somente será admitido 1 (um) atestado para comprovação da experiência anterior da licitante na execução dos serviços discriminados para cada subitem dos itens (b.1.1; b.1.2, b.1.3), bem como, para o atendimento dos quantitativos mínimos especificados para cada um deles.

Tal limitação deve-se a necessidade de evidenciar a especialidade das empresas proponentes nos serviços objeto do certame.



#### **11.5.2 Capacidade técnico-profissional do responsável técnico:**

- a) Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sede da empresa ou consórcio (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93);
- b) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA, de nível superior.
- c) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente da empresa ou consórcio licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com a licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.
- d) O profissional indicado pela licitante deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Secretaria de Obras.

#### **11.5.3. Declarações para qualificação técnica:**

- a) Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante;
- b) Declaração de compromisso da licitante de que estará disponível para a execução dos serviços previstos neste Edital todos os equipamentos necessários
  - b.1) A Secretaria de Obras poderá a seu critério, mediante justificativa técnica, determinar a complementação ou substituição de qualquer dos equipamentos disponibilizados, a fim de melhorar a eficiência da execução contratual, sem que isso implique em reequilíbrio de custos;
- c) Serviços previstos, bem como as condicionantes ambientais, sociais e as disposições constantes nos projetos em sua totalidade;
- d) Declaração de Responsabilidade Ambiental: A Licitante deverá apresentar sua Declaração de Responsabilidade Ambiental destacando que:
  - 1. Conhece a legislação ambiental brasileira e do Estado do Santa Catarina, aplicáveis às obras objeto deste Termo de Referência, quando aplicáveis;
  - 2. Ratifica que tomou ciência das legislações que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente inclusive que: “o preposto, dentre outros, de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, sobre esse incidirá as penas cabíveis”;
  - 3. Se responsabiliza pela contratação de pessoal qualificado para o atendimento às questões ambientais de sua responsabilidade, bem como pela elaboração dos relatórios e documentações relativas aos licenciamentos ambientais que lhe couberem, sem custos adicionais para a Secretaria de Obras;
  - 4. Se responsabiliza pela obtenção e pelo efetivo atendimento às Licenças e Autorizações Ambientais de sua responsabilidade nos serviços, assumindo as condições de validade das mesmas sem custos adicionais para a Secretaria de Obras;



5. Se responsabiliza pela obtenção do registro de exploração de jazidas, pedreiras, usinas de solos, de asfalto e de britagem e suas licenças ambientais, e demais requisitos necessários à regularização dos serviços e ações previstas contratualmente, junto aos órgãos nos níveis Federal, Estadual, Municipal, quando necessários;
6. Assume toda a responsabilidade pela execução das obras e dos serviços provisórios e permanentes de proteção ambiental, constantes ou não do Projeto, acompanhadas pela Fiscalização;
7. Assume toda a execução e custos inerentes ao licenciamento, à conservação, manutenção e monitoramento ambiental das instalações, canteiros de obras, britagem, usinas e caminhos de serviço, no que couber;
8. Assume, sem repasse para a Secretaria de Obras, toda a responsabilidade por danos e ônus, inclusive os pagamentos de multas que venham a ser associados aos serviços contratados, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos legais ou normativos previstos;
9. Assume o compromisso de permitir a fiscalização ambiental, conforme previsto no Parágrafo 30 do Artigo 21 do Decreto Federal 99.274/90;
10. Assume o compromisso de manutenção de arquivo próprio para reunir toda a documentação referente às questões ambientais de sua responsabilidade, de forma a garantir subsídios a eventuais demandas e garantir material informativo para apresentação aos órgãos ambientais e a Secretaria de Obras, se necessário;
11. Tomou conhecimento de que os pagamentos somente serão realizados se não houver Comunicado de Não Conformidade Ambiental – CNCA para a obra/serviço;
12. Tomou conhecimento que todas as licenças ou autorizações ambientais, bem como condicionantes impostas às mesmas, de responsabilidade da Contratada, também serão objeto da Fiscalização Ambiental a ser realizada pela Contratante.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, poderá o licitante, que desejar apresentar recurso, manifestar a intenção de recorrer imediatamente após o término de cada sessão, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1 São suscetíveis de recurso neste momento as seguintes decisões:

- a) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- b) julgamento das propostas;

12.1.2 Independentemente do momento de realização do ato a ser recorrido, o recurso deverá ser apresentado nesta fase recursal única.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá à Comissão de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 Nesse momento a Comissão de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.





12.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de cinco dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.4 A competência e prazo para análise do recurso observará o disposto no art. 56 do Decreto nº 7.581, de 2011.

12.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 Finalizada a fase recursal, a administração pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

13.2 Exaurida a negociação acima, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

13.2.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supérfluas;

13.2.2 anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;

13.2.3 revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou,

13.2.4 adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

13.3 Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contado a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto no item 11 desse edital, no que couber.

### **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O vencedor terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de

negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.4.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.4.2 Na hipótese de irregularidade do registro no BNC, o contratado deverá regularizar sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da

aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares assinar o contrato nas condições ofertadas pelo licitante originalmente vencedor.

14.7 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a administração pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Executar os serviços, de acordo com as normas vigentes e fiscalização da Secretaria de Obras;

b) Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamento de Proteção Individual) para atendimento às Normas de Segurança e Higiene do Trabalho conforme portaria reguladora do Ministério do Trabalho.

c) Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo o material necessário para a execução dos mesmos;



- d) Elaborar mediante análise da fiscalização da Secretaria de Obras as notas de serviço, as medições das obras e o respectivo controle das mesmas;
- e) Ser responsável pelo cuidado contínuo e constante de todo e qualquer material necessário à execução dos serviços relacionados nas ORDENS DE SERVIÇO;
- f) Controle e Gestão da Qualidade e Plano de Trabalho, e seus Anexos com as devidas adequações para elaboração do Plano de Ataque (PA) – ver pag. 17 - que é parte integrante do Plano de Trabalho.
- g) Dispor de todos os equipamentos, acessórios e ferramentas necessárias à execução dos serviços relacionados nas ORDENS DE SERVIÇO;
- h) Manter todos os equipamentos em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor;
- i) Instalação, operação e manutenção de sinalização diurna e noturna, vertical e horizontal, mantendo a operação da via no período de execução das obras visando a segurança de pedestres e usuários da via.
- j) Atentar para todas as exigências e orientações constante no que se refere a apresentação do Plano de Trabalho (PT) e Plano de Ataque (PA), Plano de Controle e Gestão da Qualidade (PCGQ) e Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra, para aprovação previa antes da emissão da ordem de serviço;
- k) Obter todas as licenças e/ou autorizações ambientais necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, quando couber, bem como atender às condicionantes nelas impostas;
- l) Apresentar à fiscalização os comprovantes de destinação final dos resíduos;
- m) Compete a contratada o envio de um relatório mensal de andamento da obra, contendo um boletim de medição, com o pedido da parcela considerada por ele adimplida, descrições dos itens realizados no mês, cronograma “programado x realizado”, avanço da obra, pendências, eventos programados para o próximo mês, destaques (marcos importantes cumpridos durante o mês), programação de serviços para recuperação de eventuais atrasos de eventos e outros tudo de acordo com os requisitos do item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;

Sempre que o Contrato se referir aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor, salvo expressa disposição em contrário no Contrato.

Deverá ser elaborado o Plano de Trabalho, a ser aprovado pela Contratante (Secretaria de Obras) e que caso não seja aprovado impedirá a assinatura do contrato. No Plano de Trabalho, a empresa vencedora da licitação deverá apresentar o planejamento de execução da obra, indicando a sequência a ser adotada para realização das obras, ou seja, seu Plano de Ataque, bem como cronograma físico-financeiro tudo de acordo com os requisitos do item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;

As obras deverão ser executadas de acordo com os projetos executivos, e somente poderão ser executadas após a aprovação dos mesmos.

A contratada providenciará a execução e instalação de placas alusivas ao objeto contratado, nos padrões das legislações vigentes, além daquelas obrigatórias pela legislação vigente.



a necessidade de desvio de tráfego, a contratada será a única responsável pela elaboração e aprovação dos projetos junto aos órgãos municipais responsáveis, bem como pela implantação dos desvios.

Todas as obras deverão ser dotadas de vedações provisórias como por exemplo, cerquites, tapumes, cones devidamente sinalizados, de forma a garantir a segurança dos veículos e transeuntes.

A Contratada deverá atender integralmente aos requisitos mínimos de Meio Ambiente, estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras, Convenções, Decretos e Instruções, bem como da Legislação Municipal, Estadual e Federal e exigências específicas de possíveis organismos financiadores do empreendimento, conforme escopo do Contrato.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual.

16.2 Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Edital.

16.3 Designar Fiscal, mediante Portaria, para fiscalizar a execução dos serviços, realizar medições e cadastrá-las no sistema de controle municipal, proceder às anotações no Livro de Ocorrências (Diário de Obra) referentes ao andamento da obra, bem como, acompanhar o cumprimento, pela Contratada, de todas as obrigações contratuais e legais referentes à obra, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.4 Observar o que contempla a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, publicada no DOU de 17/11/2009, com alterações, e em especial as determinações contidas nesta instrução quanto aos recolhimentos de INSS sobre a mão-de-obra (art.112 a 147).

## **17.DO PAGAMENTO**

17.1 A medição mensal dos projetos e obras deverá ser requerida pela Contratada, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do 1º (primeiro) dia útil posterior ao período de adimplemento de cada parcela.

17.2 Os serviços serão medidos mensalmente, para acompanhamento da evolução da obra, sendo que os pagamentos somente serão realizados após a conclusão de cada evento proposto pela licitante e aceito pela Secretaria de Obras.

17.3 A medição deverá ser liberada pela Fiscalização no máximo até o 15º (décimo) quinto dia a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.

17.4 Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada da medição dos serviços executados.

17.5 A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, devendo o ISS – Imposto Sobre Serviços ser recolhido.

17.6 A Contratada deverá, ainda, no processo de medição, comprovar o pagamento das contribuições sociais, mediante a apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e Informações a Previdência Social – GFIP – e a Guia de Previdência Social– GPS -, bem como da folha de pagamento dos empregados vinculados à Nota Fiscal.





## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município de Navegantes/SC pelo infrator:

18.1.1 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

18.1.2 Multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor das propostas apresentadas pela proponente;

**18.1.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;**

**18.1.4 Impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;**

18.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública.

18.2 A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

18.3 Em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/02 ficarão impedidas de licitar com o Município de Navegantes/SC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, as licitantes que:

- a) Ensejarem o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- b) Não mantiverem a proposta, injustificadamente;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizerem declaração falsa;
- e) Cometerem fraude fiscal;
- f) Falharem ou fraudarem na execução do contrato;
- g) Não celebrarem o contrato dentro do prazo de validade da proposta;
- h) Apresentar documentação falsa.

18.4 Pelos motivos que seguem, principalmente, os licitantes vencedores estarão sujeitos às penalidades tratadas na condição anterior:

- a) Pela prestação/execução dos serviços, desconforme com o especificado e aceito;
- b) Pela não substituição, no prazo estipulado, dos serviços.
- c) Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

18.5 Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93.

18.6 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, em relação a um dos motivos mencionados anteriormente, os licitantes vencedores poderão ficar isentos das penalidades mencionadas.





## **19. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

19.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2 A impugnação deverá ser realizada no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC, a qual será recebida, examinada e submetida à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

19.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1 Lavrar-se-ão Atas das sessões realizadas que, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

21.1.1 Nas Atas das sessões públicas deverá constar o registro das licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, da(s) vencedora(s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), se for o caso.

21.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES reserva-se o direito de contratar, a qualquer tempo, empresa consultora para acompanhamento dos serviços.

21.3 O Proponente deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e apresentação de sua proposta. A MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

21.4 A empresa licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

21.5 A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas no Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da Proposta Técnica e da Proposta de Preços submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.



21.6 No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

21.7 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte da empresa licitante, das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e até o horário de expediente na Administração.

21.9 A autoridade competente, antes de determinar a contratação, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.10 É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

21.11 A anulação do processo licitatório induz à anulação do contrato. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**21.12 São partes integrantes deste Edital:**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II -PLANILHA ESTIMATIVA DE SERVIÇOS;

ANEXO III- MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO;

ANEXO IV- MODELO PLANILHA DE ORÇAMENTO;

ANEXO V-MODELO DE QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI) E ENCARGOS SOCIAIS;

ANEXO VI- MODELO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO;

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA E FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA;

ANEXO X- AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO EM EQUIPE TÉCNICA.

ANEXO XI – PROJETOS

ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO XIII-RELAÇÃO DE ITENS

Navegantes, 28 de setembro de 2021.

---

**CAROLINE DA SILVA BRESSAN**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS**



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência definir e fixar as condições gerais e específicas a serem obedecidas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL) POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES) DA DRENAGEM DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADA NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, TRECHO ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.**

### 2. DAS JUSTIFICATIVAS

O Município de Navegantes localizado no Litoral Catarinense, faz parte da mesorregião do Vale do Itajaí. Com pouco mais de 83 mil habitantes, a cidade é cercada pela Mata Atlântica, o que lhe confere uma beleza natural e a torna inesquecível para quem a visita, sendo muito apreciada pelos moradores da região.

Navegantes conta com pontos turísticos importantes, com destaque para as praias em uma orla marítima de pouco mais de 12 quilômetros, ideais para o banho e práticas esportivas. As praias de Navegantes são procuradas por turistas de cidades vizinhas, tendo em vista as condições ideais para o esporte durante todo o ano. Atualmente a orla apresenta ciclovia e deque de madeira em toda sua extensão, cativando ainda mais o olhar dos turistas e moradores da região.

Contudo, com o passar do tempo, além da ação do próprio homem, agentes químicos, físicos e biológicos, vem danificando as estruturas existentes. Sabe-se que a durabilidade dos materiais depende diretamente da sua interação com o meio, sendo os ambientes marinhos um dos mais agressivos. Estruturas que sofrem esses ataques têm sua vida útil comprometida e devem ser avaliadas periodicamente, para que haja uma intervenção satisfatória.

Num primeiro momento, essa degradação sofrida nos equipamentos de infraestrutura urbana, gera insatisfação por parte da população local e prejudica a imagem da cidade, que busca no turismo uma forma de captação de recursos. Já num segundo momento, quando não reparada, pode se tornar a causa de acidentes, que futuramente se tornarão reclamações contra o poder municipal e acarretarão mais gastos aos cofres públicos.

No trecho da ciclovia entre a Praia do bairro São Pedro e Centro, pode-se constatar o uso de materiais inadequados para essa finalidade e que se encontram em péssimo estado de conservação. Segue alguns exemplos:

a) Ciclovias em pedra ardósia, material não indicado para calçamento externo, pois não apresenta boa dissipação do calor, esquentando em demasia, além de ser lisa e



escorregadia quando molhada. Apresenta rachaduras e trincas em vários pontos, o que pode causar acidentes;

b) Bolsões de estacionamento em pedra ardósia, material frágil para esse tipo de uso e que apresenta trincas e fissuras.

Com o intuito de proporcionar a segurança, mobilidade e conforto dos usuários, busca-se uma reforma e revitalização do trecho citado, resultando consequentemente no embelezamento da orla de Navegantes.

## **2.1 JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO RDC**

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011, é uma nova modalidade de licitação pública que tem como objetivo ser um instrumento eficiente em licitações e contratos administrativos. O RDC foi instituído pela Lei 12.462, de 05 de agosto de 2011, e considerado pelo governo federal, inicialmente, como instrumento capaz de dotar o poder público de maior eficiência e transparência no que diz respeito às contratações de obras e serviços públicos.

A adoção do presente RDC tem arrimo no Art. 1.º Inciso IV da Lei 12.462/2011 e visa ampliar a eficiência nesta contratação, aumentar a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade e transparência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

A opção é pelo RDC na forma eletrônica, no modo de disputa fechada, no regime de contratação integrada, em atendimento ao art. 13, c/c art. 8º, V da Lei nº. 12.462/2001 e artigo 17, I, art. 13, 18 do Decreto nº. 7.581/2011, pois segundo disposição legal supracitada, as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. Considerando que a Lei do RDC inseriu a modalidade de Contratação Integrada, entendeu esta Secretaria de Obras e Serviços, que com tal modalidade a efetiva contratação das obras de revitalização da orla da praia de Navegantes será viabilizada, pois será permitido ao Contratado definir as melhores soluções para sua reforma.

Por meio da contratação integrada, a Secretaria de Obras e Serviços espera obter soluções técnicas inovadoras que reduzam os custos diretos do empreendimento, bem como os custos de operação do segmento, com retorno econômico imediato à região.

O Decreto que regulamenta o RDC estabelece um elenco a ser seguido pela Administração Pública, a fim de que esta possa definir, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa e do contrato a ser executado.

Alguns itens foram significativos para escolha da modalidade:

- a) Busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos;
- b) Aproximar as contratações públicas das sistemáticas utilizadas no Setor Privado, gerando retorno de benefícios ao cidadão, em um menor espaço de tempo;
- c) Otimização dos recursos disponíveis na região;
- d) Compartilhamento do Risco do Empreendimento.





### **3.ESCOPO DO OBJETO**

3.1 Este documento tem por finalidade estabelecer as condições a serem observadas na elaboração do EDITAL para licitar a contratação da empresa responsável pela Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Engenharia e execução das obras de reforma da ciclovia do trecho compreendido entre a estaca 00 (Centro) até a estaca 41 (Praia do bairro São Pedro) conforme ante projeto em anexo (terraplenagem, pavimentação, drenagem, revitalização de bolsões de estacionamento).

3.2 O Anteprojeto de Engenharia elaborado como referencial prevê para os principais serviços, a nova ciclovia com substituição do revestimento existente por piso de concreto armado pigmentado usinado e desempenado, execução de pavimentos em paver para bolsão de estacionamentos, adequação de rampas de acesso. Prevê, também, a implantação de nova sinalização vertical e horizontal, implantação de novos dispositivos de drenagem e adequação dos mesmos para interligação com a rede existente.

3.3 Para participação no certame as licitantes deverão obrigatoriamente observar as diretrizes do Anteprojeto, respeitando o conceito, a localização e as características empregadas e definidas nas pranchas dos desenhos.

3.4 Assim, embora seja permitida a escolha da solução técnica/metodologia executiva, a proponente deverá obedecer às características técnicas do sistema viário inseridas no Anteprojeto no que tange ao local determinado e quantitativo, ciclovia e passeio, além de obedecer aos trechos e acessos ali previstos.

### **4. ESCOPO DO PROJETO**

4.1 Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Engenharia, inclusive os de demandas ambientais. Elaboração de estudos, de levantamentos e coleta de dados, de análises, de prospecções geotécnicas e de documentação técnica necessária ao atendimento do escopo do objeto e do anteprojeto elaborado pela Contratada.

4.2 É vedado à Contratada dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer estudo, levantamento, análise, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras.

### **5. LICENÇA AMBIENTAL**

5.1 É de responsabilidade da Contratada a obtenção das licenças de jazidas, áreas de bota fora, e demais, se necessário.

### **6. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS**

#### **6.1.1. ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS**

6.1.2 Os serviços a serem contratados deverão ser elaborados com base nas indicações do anteprojeto, nas diretrizes da Secretaria de Obras e da Secretaria de Planejamento Urbano, nas normativas específicas das concessionárias de serviços públicos e demais órgãos municipais, assegurando sua viabilidade técnica.

6.1.3 Os projetos a serem elaborados deverão atender as seguintes condicionantes:

a) Identificação dos tipos de serviços a serem executados e de materiais e equipamentos a serem utilizados na obra, bem como suas especificações técnicas;







- b) Agregar informações que possibilitem a definição de métodos construtivos e condições organizacionais para a obra;
- c) Fornecer subsídios para identificação e quantificação dos possíveis impactos ambientais que decorrerão da implantação das obras;
- d) Compatibilização dos projetos com outras intervenções e projetos das concessionárias e outros órgãos municipais e estaduais.
- e) Todos os projetos deverão ser aprovados pela Sec. de Planejamento e Sec. de Obras do município, e pelos diversos órgãos de Administração Pública e/ou Concessionárias.

6.1.4 Caberá à Contratada a elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia, necessários e satisfatórios à execução do empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser respeitados e levados em consideração os parâmetros técnicos indicados pelo Anteprojeto de Engenharia.

6.1.5 A Contratada deverá realizar todos os estudos e levantamentos necessários para o detalhamento da solução proposta, incluindo, mas não se limitando, a levantamentos topográficos, estudos hidrológicos, geologia, geotecnia (sondagens a percussão tipo SPT e rotativas) ensaios de solos e tráfego, sendo que cada estudo/levantamento, será determinante para o adequado desenvolvimento das disciplinas de projeto com os respectivos dimensionamentos.

6.1.6 Os Projetos Básicos e os Projetos Executivos assegurarão ampla apresentação dos Projetos Geométrico, de Terraplenagem, de Pavimentação, de Drenagem, de Sinalização, de Obras Complementares e de Acessibilidade.

6.1.7 Os Projetos Básicos e os Executivos incluirão memórias de cálculo de dimensionamento, especificações de serviços, memorial descritivo da obra e plano de execução de toda a obra considerando, ainda, a logística para sua execução.

6.1.8 Toda a base de dados dos Estudos/Levantamentos/Projetos deverá estar georreferenciada no sistema de Coordenadas UTM – Universal Transversa de Mercator– e Datum SIRGAS 2000, Fuso 21S.

6.1.9 O projeto deverá ser desenvolvido de modo a contemplar 4 Etapas, à saber:

✓ **Etapa 1 – Levantamentos Preliminares e Plano Geral de Trabalho – PGT:**

Nesta fase inicial do trabalho devem ser desenvolvidas a coleta e compilação de dados, para obtenção de todos os elementos relativos à área em estudo, necessários ou de valia para o adequado desenvolvimento dos projetos executivos. Devem ser pesquisados dados de interesse, isto é, geológicos, geotécnicos, hidrológicos, dentre outros já existentes, de forma a incrementar os estudos iniciais. Devem, também, ser determinadas as principais condicionantes existentes, projetadas ou planejadas, sejam relativas ao uso do solo, a redes de serviços públicos, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, ou a qualquer outro aspecto considerado relevante para os trabalhos. As informações coletadas devem ser compiladas no Plano Geral de Trabalho– PGT.

Este documento deverá ser composto dos seguintes itens:

- a) Objetivo;





- b) Descrição do Projeto;
- c) Índice de documentos detalhado e subdividido por assuntos;
- d) Cronograma físico-financeiro.

✓ **Etapa 2 – Serviços de Campo:**

- Serviços Topográficos complementares com Levantamento Planialtimétrico e Cadastral de Interferências

Este levantamento deve conter a caracterização de todas as instalações, equipamentos urbanos, vegetação e estruturas existentes na área levantada, de forma a permitir criterioso estudo das interferências. Deve ser dada ênfase especial ao cadastramento das edificações, sistemas de alimentação elétrica, postes, canais de drenagem, etc. Deve ser dada ênfase especial também às galerias e outras instalações subterrâneas. Todas as sondagens e posições de amostragem para ensaios devem ser cadastradas.

Os serviços serão executados atendendo as normas da ABNT, NBR 14.166 (Rede de Referência Cadastral Municipal-Procedimento) e NBR 13.133 (Execução de Levantamento Topográfico).

O levantamento planialtimétrico cadastral é imprescindível para o desenvolvimento dos projetos e deverá abranger a totalidade da área objeto do estudo, com a determinação e identificação dos seguintes elementos de conformação topográfica:

- a) Alinhamento predial;
- b) Alinhamento das vias;
- c) Elementos de iluminação;
- d) Caixas de passagem e poços de visita;
- e) Dispositivos elétricos;
- f) Demais dados que caracterizem totalmente a área a ser levantada.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

- a) Poligonal de apoio, referenciada nos marcos do levantamento existente;
- b) Caderneta de irradiação;
- c) Croquis de campo;
- d) Monografia dos vértices da poligonal;
- e) Nivelamento da poligonal básica;
- f) Cadastro dos bueiros existentes, apresentados por seção ao longo do mesmo, com cotas de entrada e saída e croquis dos elementos (muros, alas, diâmetros ou seção, material constitutivo);
- g) Cadastro dos elementos de drenagem (PVs, BLs, caixas etc.) apresentados em forma de croquis, contendo dimensões, indicação do material, e cotas de topo e fundo, bem como das geratrizes inferiores das canalizações afluentes e efluentes;
- h) Cadastramento de linhas aéreas com amarração dos pontos de cravação dos postes, espécie de circuito, número de identificação dos postes;
- i) Cadastro de utilidades públicas (postes, placas, semáforos, etc.) e paisagismo, com a identificação das espécies arbóreas que tenham Diâmetro a Altura do Peito – DAP



- a partir de 5 cm. (DAP: é a medida do diâmetro de uma espécie arbórea obtida a 1,30m do nível do solo).
- j) Divisas de propriedades;
- k) Levantamento das soleiras das entradas de garagens, entre outras, das edificações no entorno da obra;

Todo o levantamento deverá ser apresentado em arquivo digital nos formatos dwg ou rvt, plt e pdf, permitindo a elaboração do projeto por meios eletrônicos.

A apresentação dos trabalhos deverá ser através de desenhos, onde deverão constar identificação dos vértices de apoio utilizados, quadros de convenções padrão ABNT, malha de coordenadas devidamente identificada, identificação de equipamentos urbanos e das projeções de edificações, bem como representação do sistema viário, praças e avenidas adjacentes à área da estação e relatório topográfico com apresentação dos resultados dos trabalhos de topografia e marcos topográficos para fins de levantamento planialtimétrico cadastral.

Apresentação das plantas em formato A1 – Esc. 1:500 e Relatório de topografia em formato A4.

A contratada deverá submeter à Secretaria de Obras, para verificação e aprovação, a programação de execução de sondagens e ensaios geotécnicos especiais e outros que se fizerem necessários. Estão previstos as seguintes sondagens e ensaios: Sondagem a percussão, Sondagem rotativa, Poço de inspeção e outros que se fizerem necessários.

### ✓ **Etapa 3 – Projeto Básico:**

O Anteprojeto desenvolvido pelo município\* deverá ser consolidado sobre a base topográfica local que será utilizada no Projeto Básico. Poderão ser necessários pequenos ajustes no traçado.

Nas áreas indicadas no Anteprojeto, deverão ser previstos equipamentos de urbanização, tais como: conjunto de mesas e bancos em concreto, inclusive adaptados para PcD, lixeiras, para coleta seletiva, etc.

Após a aprovação do Projeto Básico pela Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento Urbano, será iniciada a Etapa do Projeto Executivo.

### ✓ **Etapa 4 – Projeto Executivo:**

A Etapa de Projeto Executivo consiste no conjunto dos elementos necessários e suficientes para a execução completa da obra, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os componentes da obra, como materiais descritivos, cálculos estruturais, desenhos, especificações técnicas e executivas, cronograma e planilhas de orçamento, deverão ser apresentados nesta Etapa.

Destaque ainda para a necessidade de apresentação do histograma de equipamentos necessários para a execução da obra, que devem ser mencionados obrigatoriamente.

## **7. Projeto Geométrico**

7.1 Este serviço abrangerá todas as vias afetadas pelo Projeto Básico, tanto as principais, como as secundárias, tendo como limite o alinhamento dos lotes. Para a execução do projeto geométrico devem ser obedecidas as diretrizes da Secretaria de Planejamento Urbano.

7.2 O projeto geométrico deverá incluir as calçadas, bolsões de estacionamento e ciclovias. O projeto geométrico será constituído dos seguintes itens:

- a) Planta em escala 1:500 com a indicação dos eixos das vias projetadas, do estaqueamento gráfico e dos pontos notáveis do alinhamento, de forma a garantir o perfeito entendimento da implantação geométrica, dos nivelamentos e caimentos preconizados, em formato A1;
- b) Perfil longitudinal em escala 1:500(H) e 1:50(V), com a indicação das interferências laterais nas vias projetadas, sendo considerados, em especial, os acessos às edificações residenciais, comerciais e de serviços, em formato A1;
- c) Seção Tipo em escala 1:50 e formato A1;
- d) Notas de serviço de plataforma acabada em escala 1:200, a cada 20m. Devem constar indicação de eixo, linha do terreno (tracejada) e do projeto (linha cheia) com respectivas cotas, deve cobrir o limite da intervenção e deve representar alinhamento predial, em formato A1;
- e) Memórias de cálculo de alinhamento horizontal e vertical, em formato A4.

## **8. Projeto de Terraplenagem**

8.1 Os trabalhos devem ser desenvolvidos com base no projeto geométrico e nos estudos geológicos e geotécnicos.

8.2 Os volumes geométricos de aterro deverão ser majorados pelo fator de redução volumétrico, característico do tipo de solo verificado em cada trecho, para compensar a retração do material ocasionado pela energia de compactação sofrida e possíveis perdas.

8.3 Na ocorrência de material de baixa capacidade de suporte, solo brejoso e solos expansíveis, detalhar claramente no projeto as espessuras de remoção e/ou substituições dos mesmos.

8.4 Deverão ser apresentadas plantas e perfis de distribuição dos volumes em escala apropriada, bem como uma memória de cálculo de volumes e quadro de orientação em formato A4.

## **9. Drenagem**

### **9.1 Estudos Hidrológicos:**

9.1.1 Os estudos hidrológicos devem ser realizados no início dos trabalhos, seguindo as instruções complementares expedidas pela Secretaria de Saneamento Básico.



9.1.2 Deverá ser apresentada planta de bacia em escala conveniente, formato A1, destacando a rede hidrográfica comprometida pelo projeto, contendo o traçado da via, estradas e outros se houver.

9.1.3 Deverá ser elaborado Relatório de Estudos Hidrológicos, considerando eventual influência da maré no Sistema de Drenagem.

## **9.2 Drenagem Superficial:**

9.2.1 A execução do projeto de drenagem deve obedecer às instruções referentes à drenagem urbana e canalização de córregos normatizados pela ABNT.

9.2.2 Deverão ser detalhadas as soluções do sistema de drenagem superficial que deverá ser desenvolvido com base nos respectivos projetos geométricos e no levantamento 9.2.3 planialtimétrico cadastral. O projeto de drenagem será constituído dos seguintes elementos:

- a) Plantas com base no Projeto Geométrico em formato A1 – Esc. 1:500;
- b) Perfis em formato A1 – Escala 1:500(H) e 1:50(V);
- c) Ampliações e detalhes dos dispositivos de drenagem, em formato A1 – Esc. 1:200, 1:100, 1:50, 1:20 e 1:10;
- d) Seções transversais das canalizações, em formato A1 – Esc. 1:200;
- e) Memória de cálculo de drenagem, em formato A4.

## **10. Acessibilidade**

10.1 Na execução do projeto de acessibilidade deverão ser obedecidas as Diretrizes do Projeto Passeio Livre, o “Guia para Mobilidade Acessível em Vias Públicas” da CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade e a NBR 9050 – Acessibilidade e eventuais procedimentos da Prefeitura de Navegantes.

10.2 O projeto de acessibilidade será desenvolvido de modo a compatibilizar os elementos que compartilham o espaço público, existentes e projetados, eliminando os eventuais conflitos entre os diversos elementos tais como:

- a) Postes de iluminação e de sinalização vertical e semafórica,
- b) Paisagismo,
- c) Mobiliário urbano (lixeiras, bancos, etc.),
- d) Faixas de travessia,
- e) Guias rebaixadas de autos e de acesso a Pessoas Portadoras de Mobilidade Reduzida (PPMR),
- f) Infraestrutura urbana (grelhas, caixas e BL(s), PV(s), etc.).

10.3 O projeto de acessibilidade deverá ser aprovado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretaria de Obras, e apresentado em formato A1, na escala 1:500 para plantas e demais escalas compatíveis com o detalhamento e deverá apresentar:

- a) Indicação dos pisos das calçadas, caimento, diferenciação de materiais (através de texturas), cotas de níveis, escadarias e rampas (com sentido de inclinação).







- b) Indicação de ciclovias;
- c) Indicação de todo o mobiliário urbano utilizado (bancos, lixeiras, floreiras, placas, etc.);
- d) Indicação e detalhamento de guias rebaixadas para PPMR - Pessoas Portadoras de Mobilidade Reduzida, comunicação visual e tátil, atendendo à NBR 9050 e de guias rebaixadas de acesso de automóveis;
- e) Indicação dos elementos de captação de drenagem como canaletas e grelhas, etc.;
- f) Indicação das faixas de travessia e postes de sinalização de acordo com o projeto de sinalização vertical, horizontal e semaforica;
- g) Indicação da arborização existente e a implantar de acordo com projeto de paisagismo;
- h) Indicação do posteamento da rede de iluminação pública, de acordo com o projeto de iluminação pública;
- i) Indicação das caixas de passagem, poços de visita e demais dispositivos que apresentam tampas ao nível do piso;
- j) Memorial descritivo, em formato A4.

10.4 O Projeto de Acessibilidade será decorrente da compatibilização dos demais projetos de infraestrutura, urbanismo, paisagismo e sinalização. Nas plantas deverá constar o levantamento topográfico.

## **11. Pavimentação**

11.1 Os tipos de sondagens e ensaios, bem como sua distribuição ao longo dos trechos do projeto, serão decorrentes de programação prévia, cujos resultados garantam o grau de confiabilidade estatística adequado ao detalhamento do projeto. Este aspecto, diretamente relacionado à precisão nos quantitativos das obras de pavimentação, deve ser atentamente observado a fim de que o orçamento decorrente seja corretamente avaliado.

11.2 Deverá ser feito inventário dos pavimentos existentes, com verificação das avarias estruturais e/ou funcionais.

11.3 O projeto de pavimentação será constituído dos seguintes elementos:

- a) Plantas de distribuição de tipos de pavimento e áreas de demolição, em formato A1 – Esc. 1:500;
- b) Seções transversais tipo e desenhos de juntas dos pavimentos – em formato A1 – Esc. variada; com discriminação das camadas constituintes do pavimento adotado e todos os detalhes necessários, incluindo orientação quanto à necessidade de drenagem do pavimento e de rebaixamento de lençol freático nos trechos em corte para proteção do pavimento;
- c) Detalhes de pavimento em formato A1 – Esc. 1:20; Memória de cálculo do dimensionamento, em formato A4; Relatório de ensaios geotécnicos para pavimento, em formato A4; Memória de cálculo de quantidades, em formato A4.

## **12. Desvio e interrupção de Tráfego**

12.1 No intuito de minimizar os impactos negativos ao tráfego e às atividades adjacentes ao projeto, tanto na circulação de veículos como dos pedestres, causados pela execução das obras, deverão ser elaborados estudos e projetos específicos de desvio de tráfego.

12.2 Preferencialmente devem ser estudadas as vias existentes como rotas alternativas. Para estas hipóteses deve-se sempre avaliar a capacidade das vias a serem utilizadas, com as devidas recomendações quanto a alterações na sinalização, eventuais inversões no sentido de tráfego e demais medidas que devam ser tomadas.

12.3 Deve-se avaliar preliminarmente, junto às demais atividades dos projetos, as possibilidades de implantação das obras pré-definindo suas etapas, de forma a permitir que estes estudos iniciais possam estimar os tempos de operação, carregamentos, vias que serão utilizadas como rotas alternativas, além das eventuais intervenções na regulamentação de uso dessas vias.

12.4 O projeto deverá indicar todos os elementos que deverão ser empregados, inclusive os relativos à segurança, e que deverão seguir as especificações e recomendações da NAVETRAM, contendo no mínimo:

- a) Projetos de Desvios de Tráfego e sinalização da obra, em formato A1 – Esc. 1:500;
- b) Detalhes, em formato A1 – Esc. variada.
- c) Interrupções ao tráfego de veículos:

12.5 Deverá ser mantida pelo menos uma faixa por sentido, com fluxo normal.

12.6 Será permitido o horário de trabalho em dias uteis das 07:00 às 18:00h

12.7 Os horários acima poderão sofrer alterações a critério da Secretaria de Obras, desde que previamente informado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas de acordo com o Artigo 95 da Lei 9503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

12.8 Nunca poderá haver interdição total da via em virtude da obra, salvo casos excepcionais a serem previamente autorizados pela Secretaria de Obras e NAVETRAM.

12.9 Todo o “PDT- Plano de Desvio de Tráfego” deverá ser previamente apresentado a Sec. de Obras para sua aprovação.

## **13. Sinalização e Dispositivos de Segurança**

13.1 Estes trabalhos deverão obedecer a regulamentação e legislação oficial.

13.2 O projeto de sinalização deverá ser detalhado com o objetivo de definir e apresentar linhas demarcatórias das faixas de tráfego, linhas de proibição, placas de advertência, de regulamentação, de indicação, pórticos, semipórticos, especificações de tintas, implantação de tachas refletivas, marcadores de perigo, de alinhamento, etc.

13.3 O projeto de sinalização deverá prever a implantação de sinalização horizontal e vertical a ser implantada na área reservada ao tráfego de bicicletas (ciclovias), bem como contemplar a proposta de sinalização podotátil e visual na área destinada a pedestres.

13.4 Os projetos serão constituídos dos seguintes elementos, a ser apresentados na esc.1:500:

- a) Projeto de sinalização horizontal, em formato A1 – Esc. 1:500;
- b) Projeto de sinalização vertical, regulamentação e orientação, em formato A1 – Esc. 1:500;



c) Detalhes, em formato A1 – Esc. variada.

13.5 Deverão constar nas plantas as peças de sinalização existentes identificadas e com a indicação de permanência ou retirada de cada uma delas. Os desenhos usarão como base o projeto geométrico, com levantamento topográfico e iluminação pública projetada (postes).

#### **14. Cadastro Unificado e Remoção de Interferências**

14.1 A contratada deverá executar estudos, serviços e projetos, notadamente no levantamento de campo e pesquisa junto às empresas concessionárias, principalmente a concessionária de distribuição de água e coleta de esgoto (SESAN) para cadastramento e posterior lançamento destas interferências em documentos do projeto, ou ainda projetar sua adaptação ou remoção da interferência, em consonância com a Concessionária local.

14.2 O cadastro unificado destas interferências deve ser representado em desenhos, identificando e detalhando as adaptações ou remoções em conformidade com as exigências e instruções das concessionárias.

14.3 O projeto de remanejamento de interferências, se necessário, será constituído dos seguintes elementos:

a) Cadastro Geral Unificado de Interferências (Planta), em formato A1 – Esc.1:500;

b) Projetos Específicos de remoção, ou remanejamento, em formato A1 – Esc.1:500.

14.4 Os projetos de remanejamento de interferências deverão ser enviados às respectivas Concessionárias para análise e aprovação.

#### **15. Planilha de Quantidades**

15.1 A contratada deverá apresentar detalhadamente as avaliações das quantidades de todos os serviços. Deverão ser apresentados também croquis, desenhos simplificados que esclareçam as medidas adotadas nos cálculos das quantidades.

#### **16. Memoriais Descritivos e Memorial Descritivo Global**

16.1 Os memoriais descritivos específicos deverão ser consolidados em um único Memorial Descritivo global, contendo as premissas adotadas no projeto.

#### **17. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO**

17.1 Os projetos deverão ser entregues de acordo com a lista de documentos que terá datas previstas de entrega;

17.2 Deverão ser apresentadas as ART's da empresa responsável e também dos responsáveis técnicos pela elaboração dos projetos. O aceite do Relatório Parcial ou Total do Projeto será efetivado pela Secretaria de Planejamento Urbano e Secretaria de Obras;

17.3 Deverão ser entregues os levantamentos, os estudos de campo, sondagens, levantamento topográfico, os cadastros e toda a base de informações que subsidiaram a elaboração dos projetos. Todos esses documentos deverão ser entregues em formato PDF e em versões editáveis.

17.4 Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da Contratada a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual.



17.5 Toda e qualquer solução de engenharia apresentada e aplicada pela Contratada deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Obras e atender ou superar as prerrogativas estabelecidas e adotadas pelo Anteprojeto, nos quesitos de qualidade, eficiência, durabilidade, segurança, e níveis de serviço, atendendo solidariamente às normas e instruções aplicáveis.

17.6 Deverão ser atendidas as determinações deste Termo de Referência.

## **18. PRAZOS DE EXECUÇÃO**

18.1 O prazo de elaboração dos projetos será de 30 à 45 dias e execução das obras será aquele estabelecido no cronograma físico financeiro.

## **19. ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS**

19.1 Os serviços, pessoal e equipamentos devem seguir as recomendações abaixo, porém não se limitando a elas cabendo especificamente a contratada:

- a) Executar os serviços, de acordo com as normas vigentes e fiscalização da Secretaria de Obras;
- b) Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamento de Proteção Individual) para atendimento às Normas de Segurança e Higiene do Trabalho conforme portaria reguladora do Ministério do Trabalho.
- c) Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo o material necessário para a execução dos mesmos;
- d) Elaborar mediante análise da fiscalização da Secretaria de Obras as notas de serviço, as medições das obras e o respectivo controle das mesmas;
- e) Ser responsável pelo cuidado contínuo e constante de todo e qualquer material necessário à execução dos serviços relacionados nas ORDENS DE SERVIÇO;
- f) Controle e Gestão da Qualidade e Plano de Trabalho, e seus Anexos com as devidas adequações para elaboração do Plano de Ataque (PA) – ver pag. 17 - que é parte integrante do Plano de Trabalho.
- g) Dispor de todos os equipamentos, acessórios e ferramentas necessárias à execução dos serviços relacionados nas ORDENS DE SERVIÇO;
- h) Manter todos os equipamentos em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor;
- i) Instalação, operação e manutenção de sinalização diurna e noturna, vertical e horizontal, mantendo a operação da via no período de execução das obras visando a segurança de pedestres e usuários da via.
- j) Atentar para todas as exigências e orientações constante no que se refere a apresentação do Plano de Trabalho (PT) e Plano de Ataque (PA), Plano de Controle e Gestão da Qualidade (PCGQ) e Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra, para aprovação previa antes da emissão da ordem de serviço;
- k) Obter todas as licenças e/ou autorizações ambientais necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, quando couber, bem como atender às condicionantes nelas impostas;
- l) Apresentar à fiscalização os comprovantes de destinação final dos resíduos;





m) Compete a contratada o envio de um relatório mensal de andamento da obra, contendo um boletim de medição, com o pedido da parcela considerada por ele adimplida, descrições dos itens realizados no mês, cronograma “programado x realizado”, avanço da obra, pendências, eventos programados para o próximo mês, destaques (marcos importantes cumpridos durante o mês), programação de serviços para recuperação de eventuais atrasos de eventos e outros tudo de acordo com os requisitos do item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;

19.2 Sempre que o Contrato se referir aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor, salvo expressa disposição em contrário no Contrato.

19.3 Deverá ser elaborado o Plano de Trabalho, a ser aprovado pela Contratante (Secretaria de Obras) e que caso não seja aprovado impedirá a assinatura do contrato. No Plano de Trabalho, a empresa vencedora da licitação deverá apresentar o planejamento de execução da obra, indicando a sequência a ser adotada para realização das obras, ou seja, seu Plano de Ataque, bem como cronograma físico-financeiro tudo de acordo com os requisitos do item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;

19.4 As obras deverão ser executadas de acordo com os projetos executivos, e somente poderão ser executadas após a aprovação dos mesmos.

19.5 A contratada providenciará a execução e instalação de placas alusivas ao objeto contratado, nos padrões das legislações vigentes, além daquelas obrigatórias pela legislação vigente.

19.6 Na necessidade de desvio de tráfego, a contratada será a única responsável pela elaboração e aprovação dos projetos junto aos órgãos municipais responsáveis, bem como pela implantação dos desvios.

19.7 Todas as obras deverão ser dotadas de vedações provisórias como por exemplo, cerquites, tapumes, cones devidamente sinalizados, de forma a garantir a segurança dos veículos e transeuntes.

19.8 A Contratada deverá atender integralmente aos requisitos mínimos de Meio Ambiente, estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras, Convenções, Decretos e Instruções, bem como da Legislação Municipal, Estadual e Federal e exigências específicas de possíveis organismos financiadores do empreendimento, conforme escopo do Contrato.

## **20. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **20.1 INÍCIO DOS SERVIÇOS**

20.1.1 Os serviços terão início após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) e consequentemente a Ordem de Serviço, de início a ser enviada pela Secretaria de Obras e recebida pelo engenheiro responsável pela execução dos serviços e/ou representante legal da Contratada, conforme previsto a seguir:

20.1.2 A assinatura do contrato e consequentemente a emissão da AF fica condicionada a apresentação e aprovação de:

a) Aprovação do Plano de Trabalho e Plano de Ataque (PA);







- b) Aprovação do Plano de Controle e Gestão de Qualidade (PCGQ);
- c) Aprovação do Planejamento da Obra, conforme item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;
- d) Apresentação das licenças e/ou autorizações ambientais necessárias, quando couber.
- e) Apresentação dos Anexos I;II;III; IV; V; VI; VII; VIII e VIX

20.1.3 Deverá ser informado o nome do Engenheiro Responsável Técnico, CPF e CREA.

20.1.4 Entende-se como Engenheiro Responsável Técnico aquele que estará presente de forma contínua no empreendimento para atendimento a qualquer solicitação da fiscalização e ainda irá registrar todas as informações diárias relativas ao empreendimento (Assinatura no Diário de Obras).

## **21. PRAZOS**

21.1 O prazo para a execução dos trabalhos é 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, emitida pela Secretaria de Obras.

## **22. IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

22.1 Serão executados os seguintes serviços em consonância com as normas técnica que regem o assunto. Também é de responsabilidade da contratada a remoção de eventuais obstáculos, barreiras, entulhos, arbustos, etc., para acesso a área onde será executado o serviço.

## **23. MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS**

### **23.1 Escolha da Localização**

23.1.1 Para a instalação de canteiros de obra cabe a contratada a busca, regulamentação e administração do local/terreno, obrigando-se inicialmente, definir a sua localização, de maneira que se estabeleça uma logística eficaz para as instalações provisórias, instalações de segurança, sistema de movimentação, içamento de peças e armazenamento de materiais.

23.1.2 O planejamento do layout envolve a definição do arranjo físico de trabalhadores, materiais, equipamentos, áreas de trabalho e de estocagem.

23.1.3 Para a execução das instalações provisórias, deve-se realizar a análise e o aproveitamento do relevo natural do terreno, de modo a minimizar os impactos resultantes da instalação. Essa escolha irá repercutir na fase de desmobilização e desativação do canteiro de obras, minimizando ações de recuperação de áreas degradadas.

23.1.4 Para a efetiva implantação de canteiros de obras, a documentação legal referente ao uso e ocupação da área escolhida deverá estar vigente e permanentemente na área do canteiro de obras, para possíveis fiscalizações futuras.

### **23.2 Escolha de Materiais**

23.2.1 A empresa ganhadora da licitação deve, sempre que possível, dar prioridade ao uso de materiais que apresentem menor risco de impacto ao meio ambiente.





23.2.2 São recomendados materiais que apresentem a viabilidade de reaproveitamento e/ou reciclagem, minimizando o volume de resíduos a serem encaminhados para aterros. O reaproveitamento de materiais só deverá ser realizado se o material estiver em boas condições de uso e não apresentar risco à estrutura do canteiro.

23.2.3 Além disso, deve-se atentar a não utilização de materiais proibidos pela legislação brasileira, como o amianto e asbesto de acordo com o previsto pela Lei nº 9.055 de 01 de junho de 1995.

### **23.3 Organização de Canteiros de Obras**

23.3.1 Deverão ser realizadas ao longo do processo construtivo atividades que garantam o bom funcionamento dos canteiros de obras e instalações provisórias, como por exemplo:

- a) Controle das condições sanitárias do canteiro;
- b) Constante observação da qualidade da água potável fornecida aos colaboradores, bem como a higienização periódica de bebedouros (evidenciada através de planilhas contendo a data da última higienização);
- c) Remoção de coleta seletiva nos canteiros de obra, por meio de lixeiras devidamente identificadas e sinalizadas de acordo com a classificação do resíduo, destinar posteriormente os resíduos para cooperativas ou empresas que realizem a reciclagem;
- d) Realizar a separação de resíduos perigosos, de acordo com as legislações vigentes e encaminhar para empresas especializadas em seu tratamento e disposição final;
- e) Realizar o transporte e o armazenamento dos produtos perigosos de acordo com as normas de segurança vigentes;
- f) Instalar dispositivos de prevenção e sinalização de incêndio adequados, bem como rotas de fuga e saídas de emergência. Realizar o treinamento dos colaboradores sobre a correta utilização desses dispositivos de acordo com as normas do CBMSC - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

### **23.4 Controle de Materiais Tóxicos, Perigosos e Inflamáveis na Obra**

23.4.1 Segundo a NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, no item 18.24 Armazenagem e estocagem de materiais: é possível verificar a seguinte informação em um de seus subitens:

“18.24.7-Os materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos devem ser armazenados em locais isolados, apropriados, sinalizados e de acesso permitido somente a pessoas devidamente autorizadas. Estas devem ter conhecimento prévio do procedimento a ser adotado em caso de eventual acidente.”

23.4.2 A contratada deverá estabelecer procedimentos quanto ao armazenamento e manipulação desses materiais, conforme as instruções fornecidas por normas técnicas de órgãos regulamentadores e do próprio fabricante. Estes procedimentos deverão levar em consideração os seguintes itens:

- a) Definição de áreas de estocagem impermeáveis para produtos tóxicos e perigosos, corretamente dimensionadas e capazes de reter eventuais vazamentos (combustíveis, aditivos, tintas, solventes, etc.).
- b) Armazenamento de todo material potencialmente poluidor deverá ser afastado de eventuais cursos d'água existentes no terreno ou fronteiriços.





- c) Solicitação, junto aos fornecedores, das fichas técnicas de produtos considerados perigosos e de suas condições específicas de armazenamento. Estocar os materiais de forma que as etiquetas fiquem visíveis, tomando especial cuidado com os produtos perigosos.
- d) Remoção de coleta seletiva nos canteiros de obra, por meio de lixeiras devidamente identificadas e sinalizadas de acordo com a classificação do resíduo, destinar posteriormente os resíduos para cooperativas ou empresas que realizem a reciclagem.
- e) Realizar a separação de resíduos perigosos, de acordo com as legislações vigentes e encaminhar para empresas especializadas em seu tratamento e disposição final;
- f) Realizar o transporte e o armazenamento dos produtos perigosos de acordo com as normas de segurança vigentes;
- g) Instalar dispositivos de prevenção e sinalização de incêndio adequados, bem como rotas de fuga e saídas de emergência. Realizar o treinamento dos colaboradores sobre a correta utilização desses dispositivos.
- h) Colocação de extintores de incêndio adequados, devidamente carregados, dentro da validade, além de um contrato de manutenção com a empresa fornecedora.
- i) O local de armazenamento de materiais tóxicos, perigosos e inflamáveis deverá ser identificado no layout do canteiro de obras, bem como no mapa de risco, a fim de demonstrar graficamente a todos os colaboradores os principais riscos presentes em diferentes pontos do canteiro de obras.

23.4.3 A contratada é responsável por garantir que o transporte de materiais e resíduos tóxicos, perigosos e inflamáveis seja executado de acordo com o estabelecido pela legislação. É de extrema importância que seja definido pela mesma um controle periódico de vistorias nos caminhões que realizarão o transporte desses materiais e resíduos. De maneira preventiva, essa vistoria poderá identificar falhas que resultariam em acidentes e contaminações.

23.4.4 Especial atenção deverá ser dada à fase de destinação final de resíduos sólidos perigosos. A destinação final deve ser cuidadosamente planejada, de forma que não sejam gerados impactos significativos no ambiente.

23.4.5 A contratada deverá realizar, além da qualificação prévia de prestadores de serviços, a constante fiscalização das documentações e das atividades executadas, garantindo que a destinação dos resíduos perigosos gerados pela obra seja realizada de acordo com os parâmetros legais.

## **23.5 Monitoramento e Gestão Ambiental**

23.5.1 Os assuntos relacionados à questão ambiental têm sido abordados com muita ênfase e relevância nas últimas décadas devido ao aprimoramento de políticas públicas e da legislação ambiental vigente. Para a promoção do desenvolvimento sustentável e minimização dos impactos gerados pelas obras de infraestrutura urbana sob sua responsabilidade, a contratada deve instituir a criação de rotinas e procedimentos para ações ambientais, através da implantação de um sistema de gestão, monitoramento e supervisão ambiental na obra.

23.5.2 Estas rotinas e procedimentos incorporam especificações e medidas ambientais que abrangem procedimentos construtivos, atendimento à legislação ambiental e à licença ambiental, controle do manejo arbóreo e paisagismo caso necessário, proteção à fauna e à flora, instalação e operação de áreas de apoio e áreas fonte de materiais de construção, padrões de conduta para os operários das obras e serviços em relação ao meio ambiente, a qualidade do trabalho ambiental realizado pelas contratadas e a verificação da implementação das medidas ambientais/sociais.

### **23.6 Análise de Aspectos e Impactos Ambientais por Etapa de Obra e Criação de Rotinas, Procedimentos e Medidas de Controle**

23.6.1 Entende-se por aspecto ambiental o elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que possa interagir com o meio ambiente. Segundo a Resolução CONAMA 01/86, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam:

- a) A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) As atividades sociais e econômicas;
- c) A biota (conjunto de seres vivos de um determinado ambiente, isto é, de um ecossistema, o que inclui a flora, fauna, fungos e outros grupos de organismos);
- d) As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- e) A qualidade dos recursos ambientais.

23.6.2 Para que seja possível a implantação de um sistema de gestão, monitoramento e supervisão ambiental na execução de obras e serviços, é necessário realizar na fase preliminar do empreendimento, logo na fase de planejamento, o levantamento de aspectos e impactos ambientais por etapa de obra.

23.6.3 A partir deste levantamento, a contratada deverá criar rotinas, procedimentos e medidas de controle, a serem aprovados pela Secretaria de Obras, compondo assim o Programa de Monitoramento e Supervisão Ambiental, a fim de minimizar os impactos ambientais causados pelo empreendimento, que deverão ser aplicadas no decorrer das obras.

23.6.4 O Programa de Monitoramento e Supervisão Ambiental visa subsidiar a Secretaria de Obras na implementação de todos os demais Programas Ambientais de Controle Ambiental, incluindo, ainda, os Programas que apresentam natureza institucional, mas contam com vinculação indireta na execução das obras, expressa tanto na implantação de medidas estruturais no projeto (caso dos Programas de Proteção à Fauna e Flora, e de Transporte de Produtos Perigosos), quanto em ações que podem interferir com o cronograma de obras (caso dos Programas de Desapropriação, de Proteção ao Patrimônio Arqueológico, etc).

23.6.5 As ações de Monitoramento e Supervisão Ambiental dar-se-ão em estrita observância à legislação ambiental aplicável, de qualquer nível (federal, estadual e municipal), em consonância com os cronogramas, acordos e condições estabelecidas durante o processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto Ambiental de Navegantes



– IAN -, buscando, ainda, garantir o cumprimento do cronograma de obras estabelecido na licitação.

23.6.6 A viabilização deste Programa apoia-se na permanente verificação da conformidade ambiental das ações inerentes à execução das obras, conforme requisitos constantes nos Projetos de Engenharia e das exigências impostas no licenciamento ambiental do empreendimento, bem como, na constituição de um sistema de informações, que constituirá a base de dados da Secretaria de Obras.

23.6.7 O sistema de informações será estruturado para manter a memória do empreendimento e permitir a visão do conjunto dos indicadores ambientais antes e depois das obras; para controlar o atendimento as exigências dos licenciamentos e autorizações específicas emitidas pelos órgãos ambientais e demais órgãos competentes; para favorecer a análise dos registros de ocorrências tanto positivas, quanto irregulares; para subsidiar providências da Secretaria de Obras diante de “não conformidades” ambientais.

23.6.8 As ações pertinentes ao monitoramento e supervisão ambiental, podem ser englobadas nos seguintes componentes básicos:

- a) Efetuar o controle ambiental sistemático das obras e dos Programas Ambientais com o objetivo de atender à legislação ambiental vigente, assim como, às exigências do órgão ambiental e dos demais órgãos competentes envolvidos.
- b) Executar supervisão de todas as atividades ambientais, contratadas, desenvolvidas na área de influência direta do empreendimento.
- c) Inventariar e avaliar periodicamente seus efeitos e resultados em função dos padrões ambientais estabelecidos e propor, quando necessário, alterações, complementações, ou novas ações e atividades.
- d) Promover a supervisão ambiental de todas as fases do empreendimento, desde sua pré-implantação até o início de operação, atestando a conformidade ambiental dos serviços realizados.

## **23.7 Educação Ambiental de Colaboradores**

23.7.1 A contratada deverá estruturar um Programa de Educação Ambiental, contemplando todas as ações tomadas para disseminação da temática ambiental em obras, bem como a promoção de ações voltadas para a preservação do meio ambiente do trabalho e minimização dos impactos gerados pelo empreendimento.

23.7.2 A abordagem da temática ambiental deverá ser realizada através de palestras, dinâmicas e treinamentos, envolvendo os todos os colaboradores da obra. Os temas escolhidos deverão estar relacionados às atividades desenvolvidas pela contratada na obra, possibilitando aos colaboradores o desenvolvimento prático dos temas previamente abordados.

## **23.8 Diretrizes para o Controle de Processos Erosivos e de Sedimentação**

23.8.1 A contratada deverá adotar medidas de prevenção, durante todo o projeto, para o controle de erosão e sedimentação tanto das redes pluviais como de corpos hídricos que poderão sofrer alterações e impactos durante o processo construtivo.



23.8.2 Esses impactos não serão repercutidos apenas na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, mas também em áreas de apoio secundárias (aterros, bota-foras, pedreiras e concreteiras).

### **23.9 Diretrizes para o Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**

23.9.1 A contratada deverá estabelecer um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Esse plano deve ser elaborado no início das obras e deverá ser mantido sempre atualizado, contemplando os diversos tipos de resíduos que são gerados ao decorrer das obras.

23.9.2 O Plano de Gerenciamento de Resíduos deverá ter como intuito criar normativas quanto à classificação, triagem, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados pela construtora, contemplando, no mínimo:

- a) A caracterização dos resíduos gerados na obra, segundo a legislação vigente;
- b) Segregação correta dos resíduos, segundo classificações legais;
- c) Acondicionamento adequado dos resíduos, protegidos de intempéries e segundo especificações técnicas de cada material;
- d) Transporte externo, realizado por empresas devidamente autorizadas e capacitadas para realizar essa atividade;
- e) Alternativas para a destinação final de resíduos, através de empresas responsáveis e devidamente autorizadas, minimizando o impacto ambiental de forma a atender à legislação.

### **23.10 Diretrizes para o Descarte de Efluentes Líquidos**

23.10.1 O descarte de efluentes líquidos gerados pelo processo de construção deve ser monitorado pela construtora, de forma que os compostos contaminantes não sejam descartados no meio ambiente em níveis não permitidos pela legislação brasileira. O Programa de Gestão de Efluentes deverá conter:

- a) Identificação das atividades geradoras de efluentes químicos;
- b) Caracterização dos efluentes, quanto a sua composição;
- c) Laudos comprobatórios, identificando resultados de análises;
- d) Descrição de dispositivos utilizados para a contenção e armazenamento dos efluentes gerados;
- e) Descrição de procedimentos adotados para a realização de pré-tratamentos específicos;
- f) Comprovações de destinação de efluentes líquidos;

23.10.2 O monitoramento e gestão de efluentes líquidos deverão ser feitos de forma a manter a integridade do meio, minimizando os impactos gerados pela obra, além de adequar a contratada à conformidade com o previsto pela legislação.

### **23.11 Diretrizes para o Controle de Material Particulado, Gases e Ruídos**

23.11.1 A contratada deverá criar o Plano de Controle de Material Particulado, Gases e Ruídos a fim de minimizar os impactos causados pelo material particulado em suspensão que é gerado em todo o período de obras, além de gases e ruídos, provenientes das

atividades construtivas. Este plano deverá ser elaborado de forma a integrar o Plano de Redução do Desconforto do Entorno, tendo as seguintes diretrizes:

- a) Realização do monitoramento de atividades geradoras de material particulado, gases e ruídos;
- b) Realização de medidas preventivas e corretivas, como umectação do solo;
- c) Realização das avaliações e diagnóstico de ruídos, medição (quando necessário), e posterior criação das medidas de controle;
- d) Realização de avaliações e diagnóstico de gases, a fim de identificar a presença de VOCs (Compostos Orgânicos Voláteis) em solos, galerias de águas pluviais, esgoto, entre outros. Em casos de atividades de remoção dessas interferências deve ser realizada uma análise detalhada e rigorosa a fim de impedir acidentes ocupacionais;
- e) Realização de monitoramento e controle de emissões atmosféricas, geradas por equipamentos próprios da contratada e por caminhões de prestadores de serviço.

### **23.12 Diretrizes para a Redução do Desconforto do Entorno na Fase de Obras**

23.12.1 A contratada deverá criar, para a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, um Plano para a Redução do Desconforto do Entorno, que contemple, pelo menos:

- a) A definição de medidas preventivas para o não carreamento de sedimentos, poeiras e material particulado para o entorno;
- b) Análise do ruído gerado pelas atividades da obra e criação de medidas de controle;
- c) Implantação de sistema de informação aos moradores da região, quanto aos dias de atividades que apresentem maiores incômodos. (Ex: demolições, concretagens, execução de estacas, entre outros). O sistema de informação poderá ser feito através de placas de sinalização, banners, panfletos, etc, de modo a informar com antecedência aos moradores sobre possíveis transtornos;

23.12.2 Estabelecer um elo de comunicação com a vizinhança, (por exemplo com a Associação dos Moradores via e-mail, ou outros meios de comunicação), para criar o desenvolvimento, bem como o acompanhamento, das metodologias que auxiliem na redução de incômodos.

### **23.13 Diretrizes para Supressão de Vegetação**

23.13.1 Em obras onde há necessidade de atividades de manejo arbóreo, devem ser seguidas as exigências explícitas no TCA (Termo de Compromisso Ambiental) de cada obra, no que se diz respeito aos procedimentos que devem ser adotados em transplantes, cortes e plantios.

23.13.2 A contratada deverá garantir pleno atendimento a essas exigências, visto que seu descumprimento resultará em penalizações e multas, e para executar essa atividade deverá apresentar:

- a) Os procedimentos de trabalho adotados, que devem estar de acordo com as exigências do TCA;
- b) O cronograma das atividades de manejo arbóreo;

- c) O cronograma atualizado mensalmente evidenciando os serviços já executados;
- d) Relatório fotográfico de acompanhamento das atividades executadas, conforme o cronograma mencionado anteriormente. Este relatório deverá estar em acordo com o Projeto de Compensação Ambiental (PCA), ou seja, deverão ser evidenciados a numeração e nome das espécies manejadas (corte ou transplante).

23.13.3 A documentação de transporte e destinação de resíduos vegetais de espécies nativas deverá ser comprovada através do Documento de Origem Florestal (DOF).

### **23.14 Diretrizes para Implantação de Programas Ambientais**

23.14.1 Os programas ambientais institucionais compreendem ações que não guardam qualquer identificação direta ou imediata com o processo construtivo e operacional em si e que têm o objetivo de resguardar o meio ambiente de forma mais ampla, dos efeitos induzidos ou restrições que eventualmente possam advir em decorrência da execução do empreendimento.

23.14.2 Estas ações podem interferir nas soluções de projeto de engenharia ou na programação de obras, como é o caso das desapropriações de imóveis, reassentamento populacional, preservação do patrimônio arqueológico ou outros programas ambientais institucionais do licenciamento ambiental.

### **23.15 Serviços Associados / Complementares**

23.15.1 A Contratada deverá efetuar os seguintes seguros:

- a) Risco de Engenharia - Cobertura de danos materiais à obra; danos causados por intempéries; danos em consequência de erro de projeto; remoção de entulho do local e despesas extraordinárias;
- b) Responsabilidade Civil - Cobertura de todos os danos a pessoas, materiais, equipamentos, instalação quer de propriedade da Contratada ou da Contratante, de outra propriedade privada ou de propriedade pública, a imóveis e a terceiros;
- c) Incêndio e Riscos Diversos - Cobertura de todos os bens relativos à execução, acompanhamento e fiscalização da obra, tais como, materiais, equipamentos, instalações, veículo automotor de vias terrestres quer de propriedade da Contratada, da Contratante ou de outra propriedade privada ou pública.

23.15.2 A Contratada se obriga a atender às Normas Regulamentadoras–NR relativas a Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas através da Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho, e relacionadas abaixo, adotando todos os cuidados relativos à proteção dos trabalhadores e pessoas ligadas às atividades da obra fazendo ainda com que seus empregados e subempreiteiros, além de uniformizados, portem permanentemente equipamentos de proteção individual. Normas Regulamentadoras-NR:

- a) NR-1: Disposições Gerais
- b) NR-2: Inspeção Prévia
- c) NR-3: Embargo e Interdição
- d) NR-4: Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho-SESMT
- e) NR-5: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA



- f) NR-6: Equipamentos de Proteção Individuais-EPI
- g) NR-7: Exames Médicos
- h) NR-8: Edificações

A Contratada deverá atender às normas ambientais vigentes.

23.15.3 Caberá exclusivamente à Contratada, a responsabilidade pelo uso de materiais, equipamentos, dispositivos ou processos patenteados, empregados ou incorporados à obra.

23.15.4 A Contratada deverá fornecer e preencher diariamente o livro de ocorrências (Diário de Obra) em 2 vias, mantendo-o permanentemente atualizado no local desde o seu início (primeiro dia).

23.15.5 Os materiais empregados e os métodos executivos deverão obedecer aos padrões de qualidade das normas brasileiras e às especificações técnicas dos projetos, bem como especificações e métodos de ensaio vigentes. Qualquer modificação ou substituição posterior nos projetos ou especificações deverá receber aprovação prévia dos autores do Projeto e da Contratante.

23.15.6 Caso haja quaisquer dúvidas quanto à interpretação do projeto e demais documentos técnicos, a Contratante deverá ser consultada. Caso ocorram divergências entre especificações e desenhos prevalecerão os documentos determinados pela Contratante.

23.15.7 À Contratante caberá a incumbência de decidir os casos omissos relativos às especificações, planta ou quaisquer outros documentos que se refiram direta ou indiretamente aos serviços contratados.

23.15.8 A Contratada se responsabilizará pelo recebimento, guarda e pela qualidade de todo material que der entrada e que for utilizado na obra.

23.15.9 A Contratada ou responsável pelo fornecimento de serviços ou materiais deverá apresentar à Contratante amostra que, uma vez aprovadas, deverão ser matadas na obra como parâmetros para eventuais comparações.

23.15.10 Os lotes de materiais impugnados pela Contratante deverão ser retirados imediatamente da obra, mantendo-se tão somente uma amostra com a indicação de "impugnado".

23.15.11 Será responsabilidade da Contratada a retirada e a entrega no local da emitente de qualquer produto impugnado pela Contratante.

23.15.12 Todos os entulhos e produtos de demolição deverão ser retirados pela Contratada e ser depositados em bota-fora com licença ambiental, devidamente autorizada pela municipalidade, devendo o seu endereço e trajeto ser comunicado à Contratante.

23.15.13 Quaisquer instalações ou ligações provisórias deverão ser removidas pela Contratada.

23.15.14.A Contratada deverá manter em condições de perfeita higiene e guarda todos os ambientes e espaços da obra, bem como sua limpeza.

23.15.15 A Contratada fica obrigada pelo período de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de lavratura do "Termo de Recebimento Definitivo de Obras", a reparar, às suas

expensas, qualquer dano, quando decorrente de falha técnica comprovada na realização dos serviços objeto deste contrato de acordo com a Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas-OT-IBROP-003(Garantia Quinquenal de Obras Públicas).

23.15.16. Sempre que necessário e a pedido da Fiscalização, fica a Contratada obrigada a apresentar os relatórios de ensaios do controle tecnológico dos serviços.

A presença da fiscalização da contratante na obra não exime de responsabilidade a contratada.

## **24. SISTEMA DE DRENAGEM**

24.1 Serviços de drenagem superficial e subterrânea considerando o fornecimento e assentamento de tubos e acessórios, guias e sarjetas, compatível com as vias de tráfego, não devendo impactar a qualidade, segurança e conforto do pavimento.

24.2 Construção de caixas de passagens com tampão de ferro fundido, bueiros e bocas de lobo com tampas de concreto, incluindo as escavações e reaterros necessários a completa execução das obras.

24.3 Interligações das redes drenagem as redes existentes da PMN - Prefeitura Municipal de Navegantes - devendo tais serviços serem executados somente com a previa liberação da PMN.

24.4 Nas redes de drenagem com tubos de concreto as juntas deverão além do rejunte com argamassa de cimento e areia conforme norma ABNT, e ser revestidas com manta geotêxtil em camada dupla, e valas de infiltração com tubos de PVC rígido corrugado e perfurado, envolta com manta geotêxtil.

## **25. PAVIMENTAÇÃO**

25.1 As atividades de pavimentação compreendem a execução de novas ciclovias em concreto, e *paver* em bolsões de estacionamento.

## **26. SINALIZAÇÃO**

26.1 Os serviços de sinalização viária, referem-se basicamente a sinalização de obras, sinalização vertical e horizontal.

## **27. SERVIÇOS AMBIENTAIS**

A Contratada, além de atender às Condicionantes das licenças que se fizerem necessárias, deverá tomar algumas medidas de cuidados ambientais, tais como:

- a) Estocar adequadamente os materiais a serem utilizados;
- b) Executar a limpeza total do canteiro após a conclusão das obras, particularmente das áreas usadas para estoque de materiais;
- c) Os materiais oriundos de demolição, tubos de ferro fundido (drenagem), revestimento asfáltico e concreto armado deverão ter destinação adequada, de acordo o estabelecido na legislação vigente;
- d) Os resíduos e efluentes do canteiro de obras e afins, também deverão ter destinação adequada atendendo a legislação pertinente em vigor.





## **28. PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO**

28.1 O planejamento operacional dos serviços constantes deste contrato como as aquisições, contratações de mão de obra, licenças, sinalizações, equipamentos, softwares e hardwares, instalações e todos os insumos necessários à execução dos serviços são de responsabilidade da Contratada.

## **29. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **29.1. Mobilização e Canteiro de Obras**

29.1.1 O dimensionamento das equipes e quantidades de equipamentos é de responsabilidade da contratada, o qual deve adotar números compatíveis para atendimento ao cronograma da obra e execução dos serviços dentro das boas técnicas de Engenharia e especificações técnicas e de projeto. Deve considerar, portanto, a produtividade de suas equipes próprias para que o cronograma estabelecido seja plenamente atendido.

29.1.2 Os setores técnicos, administrativos, financeiros e de coordenação dos trabalhos deverão estar envolvidos desde o início da obra. Assim sendo, na instalação do canteiro de obras deverão ser consideradas estruturas compatíveis para o trabalho de todos os profissionais desses setores, seguindo as recomendações da NR 18 - Segurança no Trabalho na Construção Civil, e demais normas aplicáveis.

29.1.3 O canteiro de obras deverá ser construído sempre que for possível junto ou o mais próximo ao empreendimento, de forma a dar o apoio necessário aos serviços.

29.1.4 Deverão estar previstos no canteiro de obras a instalação da administração, seção técnica, pátio de máquinas, refeitório, instalações sanitárias e vigilância, dentre outros cabíveis.

29.1.5 Ressalta-se que a melhor forma de se promover a instalação do canteiro cabe exclusivamente à contratada, além das Licenças Ambientais e/ou autorizações a que as instalações e canteiros estão sujeitas pela legislação pertinente.

29.1.6 Deverão permanecer no local das instalações e/ou escritórios, com fácil acesso à Fiscalização da Secretaria de Obras, e de outros órgãos de controle interno ou externo, as licenças ambientais e/ou autorizações a que as instalações, funcionários e a obra estão sujeitas pela legislação vigente.

### **29.2. Equipe Técnica e Administrativa**

29.2.1 No local indicado para instalações e/ou escritório deverá ser alocada para a execução dos serviços a equipe técnica constituída no mínimo (basicamente) dos profissionais necessários à execução dos serviços e pelo menos um engenheiro responsável técnico, responsável pela execução dos serviços e conforme previsto adiante.

- a) Engenheiro Sênior;
- b) Técnico em Meio Ambiente;
- c) Técnico de Segurança;
- d) Encarregado Geral;
- e) Auxiliar de Serviços Gerais;





- f) Almoxarife;
- g) Vigia;

29.2.2 O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa ou consórcio deverá efetivamente trabalhar na obra.

29.2.3 A eventual substituição do profissional só será possível mediante comunicação por escrito a Secretaria de Obras, devidamente justificada. Do profissional substituto deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo Conselho Regional da categoria, comprovando ter o mesmo, qualificação técnica compatível com a do substituído, certidão de quitação junto ao CREA, comprovação de vínculo com a empresa ou consórcio, inclusão no quadro técnico, emissão de ART da Obra junto ao CREA-SC.

29.2.4 As Certidões de Acervo Técnico – CAT a serem apresentadas terão as mesmas exigências do EDITAL para o profissional em questão. Deverá ser informado o nome do Responsável Técnico substituto, CPF, CREA e a ART.

29.2.5 A equipe da administração local, composta por técnicos e administrativos, deverá apoiar as ações sociais coordenadas pelas prefeituras, Secretaria de Obras e/ou outros órgãos públicos no sentido de mitigar os transtornos da obra na comunidade local e pessoas que convivem no entorno do empreendimento.

### **29.3. Equipamento mínimo necessário**

29.3.1 O equipamento mínimo necessário para execução da obra no prazo estabelecido pelo cronograma físico, deve ser em conformidade com os serviços a serem executados e com as quantidades previstas, bem como com base no conhecimento das produções das equipes próprias.

## **30. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO**

### **30.1. Proponentes**

30.1.1 Poderão participar da Licitação empresas isoladas ou reunidas em consórcio, ante as características do objeto, que tendo adquirido o Edital, satisfaçam plenamente todas as suas cláusulas e a legislação em vigor.

30.1.2 A participação de Consórcios será limitada a 03 (três) empresas por Consórcio, em consonância com o número de parcelas relevantes distintas exigidas no certame.

### **30.2. Subcontratação**

30.2.1 Poderá ocorrer a subcontratação parcial de 30% dos serviços, em casos excepcionais expressamente aprovados pela Secretaria de Obras, excetuando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto.

## **31. ACEITAÇÃO**

31.1 A obra será aceita se atenderem as suas respectivas especificações. O atendimento às especificações deve ser demonstrado pela Contratada à Fiscalização.





## **31.2 Responsabilidade da Contratada em relação à Qualidade da Obra**

31.2.1 A Contratada deverá realizar todos os controles exigidos pelas especificações apresentadas neste Termo de Referência, as contidas nos Projetos e as adotadas pela Secretaria de Obras, as quais serão de sua responsabilidade.

31.2.2 Ocorrendo qualquer avaria na pavimentação ou qualquer outro defeito precoce na pavimentação ou qualquer outro item do contrato e/ou durante o período de garantias especificadas em normas para os serviços e/ou materiais, a Contratada, responsável pela execução, deverá promover os reparos, consertos, substituições, proporcionando o refazimento das mesmas sem ônus para o Contratante. No transporte de materiais, os caminhões não poderão trafegar com carga por eixo acima do estabelecido na legislação vigente pertinente.

31.2.3 A Contratada responsável pela execução dos serviços deverá realizar todos os controles exigidos nas normas pertinentes e no Projeto. Os resultados serão apresentados em planilhas elaboradas pela Contratada, devidamente avaliados em relação às especificações correspondentes.

31.2.4 Os resultados dos ensaios contidos nas planilhas elaboradas pela Contratada deverão estar acompanhados de laudo técnico realizado por profissional legalmente habilitado, com parecer favorável para o emprego de cada material nos serviços executados.

31.2.5 A Contratada deverá assegurar a manutenção dos parâmetros de qualidade do material ao longo de todos os serviços, bem como exigir os certificados de comprovação de qualidade dos fornecedores dos materiais empregados na obra.

## **32. FISCALIZAÇÃO**

32.1 O contrato será fiscalizado pela Secretaria de Obras, com atribuição de exercer a coordenação técnica, administrativa e a fiscalização. A Contratada deverá prestar toda colaboração e fornecer todos os dados e informações necessárias e solicitadas pela Fiscalização para o desenvolvimento de suas atividades.

32.2 A Fiscalização relativa aos Serviços e Obras compreende basicamente as atividades de verificação dos controles tecnológicos realizados pela Contratada, incluindo o acompanhamento dos ensaios para controle de atendimento às Especificações de Obras e Serviços, Especificações dos Produtos, às normas vigentes e aos requisitos contratuais, como atendimento do cronograma de obra.

32.3 A Fiscalização da Secretaria de Obras poderá ser apoiada por empresa supervisora contratada. O Contratante decidirá quando e onde será mais conveniente realizar as inspeções e notificará a contratada responsável pela execução dos serviços sobre os problemas encontrados.

32.4 A Contratada deverá prestar contas à Secretaria de Obras, por meio de reuniões semanais de acompanhamento e Relatórios Mensais de Atividades, sobre a gestão das atividades contratadas.



### **33. FORMA DE PAGAMENTO**

33.1 A medição mensal dos projetos e obras deverá ser requerida pela Contratada, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do 1º (primeiro) dia útil posterior ao período de adimplemento de cada parcela.

33.2 Os serviços serão medidos mensalmente, para acompanhamento da evolução da obra, sendo que os pagamentos somente serão realizados após a conclusão de cada evento proposto pela licitante e aceito pela Secretaria de Obras.

33.3 A medição deverá ser liberada pela Fiscalização no máximo até o 15º (décimo) quinto dia a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.

33.4 Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada da medição dos serviços executados.

33.5 A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, devendo o ISS – Imposto Sobre Serviços ser recolhido.

33.6 A Contratada deverá, ainda, no processo de medição, comprovar o pagamento das contribuições sociais, mediante a apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e Informações a Previdência Social – GFIP – e a Guia de Previdência Social – GPS –, bem como da folha de pagamento dos empregados vinculados à Nota Fiscal.

### **34. DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

34.1 A Contratada, para efeito de julgamento das propostas, uma vez que se admite materiais e metodologias construtivas diferentes, faz-se necessário critérios objetivos para avaliação conforme recomendação da Secretaria de Obras.

34.2 Para avaliação da metodologia de cada proponente, deverá ser apresentado juntamente com a proposta de preço, um relatório técnico contendo no máximo 5 (cinco) páginas, com a descrição sucinta da metodologia proposta pelo licitante e seus benefícios. O relatório deverá abordar a adoção (ou não) dos itens fixados como critérios objetivos de avaliação.

### **35. TIPO DE LICITAÇÃO**

35.1 A licitação originada deste Termo de Referência será a do tipo RDC - MENOR PREÇO GLOBAL. O referido Projeto será executado em Lote Único, contemplando todos os serviços

### **36. PREÇOS**

36.1 São os constantes das Planilhas Orçamentárias integrantes deste Termo de Referência, a preços de junho de 2021.

36.2 Para a elaboração do orçamento referencial foram utilizadas as seguintes tabelas homologadas:

- a) SINAPI – SC (data-base: junho 2021 sem desoneração);
- b) SICRO – SC (data-base: junho 2021);
- c) DEINFRA - SC (data-base: junho 2021)



### **37. DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA HABILITAÇÃO DA EMPRESA**

37.1 Entre outros, previstos no EDITAL, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

#### **A – Para Qualificação Técnica**

##### **A.1. Capacidade técnico-operacional da licitante:**

c) registro ou Inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sede da empresa (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93);

d) Comprovação de que a licitante executou/prestou, sem restrição, projeto/serviço/obra de características semelhantes aos indicados no subitem b.1, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos. A comprovação será feita por meio de apresentação de 1 (um) Atestado com Certidão de Acervo Técnico para cada subitem dos itens b.1.1; b.1.2; b.1.3, certificado pelo CREA, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante;

b.1) As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, na forma do art. 30, da Lei Federal n. 8.666/93, são, cumulativamente:

b.1.1) Serviços de Recuperação e/ou Reabilitação de Obras viárias executadas em vias urbanas sem interrupção de tráfego, avenidas, corredores urbanos, nos seguintes serviços e quantitativos:

<b>Item</b>	<b>Descrição dos Serviços</b>	<b>Quant. mín. (% relação ao quantitativo do Anteprojeto)</b>
1	Elaboração de projetos executivos de obras de implantação e/ou requalificação urbana com pavimentação de vias urbanas, inclusive projetos de drenagem e sinalização.	352 m <sup>2</sup>
2	Execução de obras de implantação e/o de requalificação urbana com pavimentação de vias urbanas, inclusive obras de drenagem e sinalização.	352 m <sup>2</sup>





3	Execução de concreto armado pigmentado	15 t
---	--	------

b.1.2) Serviços envolvendo operações de terraplenagem (corte, carga, transporte e aterro controlado), conforme os seguintes quantitativos:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. mín. (% relação ao quantitativo do Anteprojeto)
4	Operações de corte e carga mecanizada de material.	51 m <sup>3</sup>
5	Operações de compactação mecanizada em aterro	51 m <sup>3</sup>

b.1.3) Serviços envolvendo execução de infraestrutura (drenagem e remanejamento de interferências), conforme os seguintes quantitativos:

Item	Descrição dos Serviços	Quant. mín. (% relação ao quantitativo do Anteprojeto)
6	Execução de canais para sistema de micro drenagem.	82 m
7	Experiência comprovada em PDDT - Plano de Desvio de Trafego em vias de trânsito intenso.	Comutativo



b.2) Para comprovação da capacidade técnico-operacional deverá estar expressa na Certidão de Acervo Técnico que o profissional que a detém estava, à época da execução da obra/serviço, vinculado à licitante, sendo essa vinculação comprovada na forma do Item A.2 (Capacidade técnico-profissional do responsável técnico);

A licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados nos quadros acima dos itens b.1.1 até b.1.3.

b.3) Somente será admitido 1 (um) atestado para comprovação da experiência anterior da licitante na execução dos serviços discriminados para cada subitem dos itens (b.1.1; b.1.2, b.1.3), bem como, para o atendimento dos quantitativos mínimos especificados para cada um deles.

Tal limitação deve-se a necessidade de evidenciar a especialidade das empresas proponentes nos serviços objeto do certame.

#### **A.2. Capacidade técnico-profissional do responsável técnico:**

- e) Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sede da empresa ou consórcio (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93);
- f) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA, de nível superior.
- g) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente da empresa ou consórcio licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com a licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.
- h) O profissional indicado pela licitante deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Secretaria de Obras.

#### **A.3. Declarações para qualificação técnica:**

- e) Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante;
- f) Declaração de compromisso da licitante de que estará disponível para a execução dos serviços previstos neste Edital todos os equipamentos necessários
  - b.1) A Secretaria de Obras poderá a seu critério, mediante justificativa técnica, determinar a complementação ou substituição de qualquer dos equipamentos



- disponibilizados, a fim de melhorar a eficiência da execução contratual, sem que isso implique em reequilíbrio de custos;
- g) Serviços previstos, bem como as condicionantes ambientais, sociais e as disposições constantes nos projetos em sua totalidade;
- h) Declaração de Responsabilidade Ambiental: A Licitante deverá apresentar sua Declaração de Responsabilidade Ambiental destacando que:
16. Conhece a legislação ambiental brasileira e do Estado do Santa Catarina, aplicáveis às obras objeto deste Termo de Referência, quando aplicáveis;
  17. Ratifica que tomou ciência das legislações que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente inclusive que: "o preposto, dentre outros, de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, sobre esse incidirá as penas cabíveis";
  18. Se responsabiliza pela contratação de pessoal qualificado para o atendimento às questões ambientais de sua responsabilidade, bem como pela elaboração dos relatórios e documentações relativas aos licenciamentos ambientais que lhe couberem, sem custos adicionais para a Secretaria de Obras;
  19. Se responsabiliza pela obtenção e pelo efetivo atendimento às Licenças e Autorizações Ambientais de sua responsabilidade nos serviços, assumindo as condições de validade das mesmas sem custos adicionais para a Secretaria de Obras;
  20. Se responsabiliza pela obtenção do registro de exploração de jazidas, pedreiras, usinas de solos, de asfalto e de britagem e suas licenças ambientais, e demais requisitos necessários à regularização dos serviços e ações previstas contratualmente, junto aos órgãos nos níveis Federal, Estadual, Municipal, quando necessários;
  21. Assume toda a responsabilidade pela execução das obras e dos serviços provisórios e permanentes de proteção ambiental, constantes ou não do Projeto, acompanhadas pela Fiscalização;
  22. Assume toda a execução e custos inerentes ao licenciamento, à conservação, manutenção e monitoramento ambiental das instalações, canteiros de obras, britagem, usinas e caminhos de serviço, no que couber;
  23. Assume, sem repasse para a Secretaria de Obras, toda a responsabilidade por danos e ônus, inclusive os pagamentos de multas que venham a ser associados aos serviços contratados, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos legais ou normativos previstos;
  24. Assume o compromisso de permitir a fiscalização ambiental, conforme previsto no Parágrafo 30 do Artigo 21 do Decreto Federal 99.274/90;
  25. Assume o compromisso de manutenção de arquivo próprio para reunir toda a documentação referente às questões ambientais de sua responsabilidade, de forma a garantir subsídios a eventuais demandas e garantir material informativo para apresentação aos órgãos ambientais e a Secretaria de Obras, se necessário;

26. Tomou conhecimento de que os pagamentos somente serão realizados se não houver Comunicado de Não Conformidade Ambiental – CNCA para a obra/serviço;
27. Tomou conhecimento que todas as licenças ou autorizações ambientais, bem como condicionantes impostas às mesmas, de responsabilidade da Contratada, também serão objeto da Fiscalização Ambiental a ser realizada pela Contratante.

### **38. ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

38.1 O nome do Engenheiro Responsável Técnico (com seu endereço e telefone de contato) deverá constar nos documentos técnicos para habilitação da empresa ou consórcio.

### **39. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA**

- a) As movimentações de equipamentos e as operações de execução dos serviços deverão ser realizadas de maneira a proporcionar o mínimo possível de incômodo às comunidades locais e ao tráfego;
- b) A Contratada deverá prever medidas de proteção nas operações de transporte de agregados e outros insumos, objetivando impedir os derrames ao longo de vias públicas;
- c) Cuidados especiais deverão ser tomados quanto à proteção de toda a propriedade pública e privada, envolvendo redes de gás, adutoras de água, redes de energia elétrica, telefone e outros serviços de utilidade pública. Quando necessária a interrupção de tais serviços, a Contratada deverá solicitar autorização ao órgão ou concessionária responsável, bem como comunicar aos afetados desse fato com antecedência.
- d) Para informação e segurança dos usuários, a Contratada deverá prever uma sinalização adequada nas frentes de serviço, desvios e caminhos de serviço.

### **40. PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE OBRA**

40.1 Neste item são apresentados os critérios, indicadores, ferramentas e procedimentos padronizados a serem adotados pela Contratada, obrigatoriamente no planejamento, monitoramento e controle da obra.

40.2 Os profissionais envolvidos nas tarefas de planejamento, monitoramento e controle da obra deverão possuir domínio no software de gerenciamento de projetos Microsoft Project ou similar e ter conhecimento e experiência em técnicas de gerenciamento de projetos, bem como no objeto licitado.

40.3 Esse documento tem como finalidade atingir a excelência em Desenvolvimento e Execução, promovendo a qualidade, transparência e previsibilidade dos resultados e progressos alcançados para assegurar a conformidade ao escopo, prazos, custos e qualidade contratados para os empreendimentos.

## **40.1. Planejamento**

40.1.1 O Planejamento da Obra é uma obrigação da Contratada a ser apresentado com antecedência necessária para análise e aprovação da Secretaria de Obras, sendo uma condição para assinatura do contrato e consequente emissão da AF.

A Contratada deverá apresentar, no mínimo, os itens citados a seguir:

- a) Estrutura Organizacional;
- b) Informações relacionadas à Segurança;
- c) EAP- Estrutura Analítica do Projeto;
- d) Gráfico de Gantt, especificando as atividades, durações, linha de base, caminho crítico; predecessoras e sucessoras;
- e) Curva S Físico-Financeira Previsto x Real;
- f) Custos das atividades de todo projeto;
- g) Curva S de desembolso mês a mês e acumulado;
- h) Histograma de Mão de Obra;
- i) Relatórios de Desempenho;
- j) Plano de comunicação;
- k) Plano de Risco;
- l) Análise de Desvio e Plano de Ação;
- m) Registro fotográfico;
- n) Boletim de Medição.

## **40.2. Monitoramento e controle**

40.2.1 Cabe à Contratada fornecer, no mínimo, as informações atualizadas citadas acima, mensalmente, que permitam o controle da Obra.

40.2.2 Em caso de desvio que impacte no prazo da obra, a Secretaria de Obras deverá ser informada imediatamente, juntamente com o plano de ação, não havendo necessidade de esperar a atualização mensal.

40.2.3 A Secretaria de Obras analisará as informações enviadas mensalmente e verificará a coerência com os critérios estabelecidos nos contratos.

**Todos os eventos só serão pagos quando totalmente cumpridos e aprovados pela Fiscalização.**

**O não cumprimento de um determinado evento não permitirá pagamento parcial, o mesmo só será pago quando totalmente cumprido.**

40.2.4 Todo e qualquer atraso injustificado será passível de pagamento de sanções contratuais,

40.2.5 Em caso de avanço no cronograma, o adiantamento de qualquer parcela, somente poderá ocorrer em caso de consulta formal a Secretaria de Obras e solicitação de alteração do cronograma de desembolso, devendo a contratada fornecer juntamente com





a solicitação de alteração do cronograma de desembolso, o novo cronograma físico x financeiro.

40.2.6 O Relatório Mensal deverá ser elaborado pela Contratada e apresentado a Secretaria de Obras com periodicidade mensal após o início da Obra.

40.2.7 O Relatório Mensal deverá conter:

- a) Indicação do mês e ano de referência;
- b) Gráfico com a demonstração do andamento da obra previsto (linha de base) versus realizado;
- c) Principais atividades previstas para o mês, contendo, no mínimo, aquelas que foram apresentadas no caminho crítico, e as atividades efetivamente realizadas;
- d) Ensaio realizados e seus resultados;
- e) Eventuais justificativas para os atrasos (caso existam) nas atividades que impactam o caminho crítico;
- f) Relação da equipe utilizada no período (nominando o pessoal, a sua função e a sua relação com a empresa por atividade;
- g) Correspondências expedidas e recebidas e diários de obra preenchido;

40.2.8 As atividades previstas para o mês subsequente, evidenciando mês a mês, pelo menos, aquelas que estão no caminho crítico e principais equipamentos e materiais que serão necessários para o desenvolvimento destas atividades;

- a) Planilha orçamentária com seus quantitativos, preços unitários e totais, valores acumulados já recebidos e indicativo de valor a receber no mês;
- b) Boletim contendo o pedido de medição, informando as atividades desenvolvidas nos eventos, a parcela do cronograma físico-financeiro que foi adimplida e a solicitação de pagamento;
- c) Pendências (caso existam);
- d) Providências para recuperação de atrasos caso existam;

40.2.9 O fechamento da medição somente ocorrerá quando da comprovação pela fiscalização, do cumprimento/conclusão efetiva de cada evento constante no "Relatório Mensal de Andamento da Atividades".

## **41. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

41.1 Lavrar-se-ão Atas das sessões realizadas que, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

41.1.1 Nas Atas das sessões públicas deverá constar o registro das licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, da(s) vencedora(s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), se for o caso.

41.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES reserva-se o direito de contratar, a qualquer tempo, empresa consultora para acompanhamento dos serviços.

41.3 O Proponente deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e apresentação de sua proposta. A MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.



41.4 A empresa licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

41.5 A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas no Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da Proposta Técnica e da Proposta de Preços submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

41.6 No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

41.7 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte da empresa licitante, das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

41.8 Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e até o horário de expediente na Administração.

41.9 A autoridade competente, antes de determinar a contratação, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

41.10 É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

41.11 A anulação do processo licitatório induz à anulação do contrato. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **42 - DO FORO**

42.1 As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Navegantes, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Navegantes, 28 de setembro de 2021.


---

**CAROLINE DA SILVA BRESSAN**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS**





## ANEXO II PLANILHA ESTIMATIVA DE SERVIÇOS

SECRETARIA DE OBRAS									
OBJETO:	REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES) , DA DRENAGEM E DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA								
LOCAL:	Av. Prefeito Cirino Adolfo Cabral, entre praia do pontal e meia praia, na cidade de Navegantes / SC							R\$	-
Data base:	JUNHO/2021 - SINAPI								
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGOS	TABELA	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DESONERADO SEM BDI	VALOR PARCIAL DESONERADO SEM BDI	VALOR PARCIAL DESONERADO COM BDI	
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	73847/1	SINAPI	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA AÇO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	mês	4.00		R\$ -	R\$ -	
1.2	42571	DEINFRA	PLACA DE OBRA PINTADA E FIXADA EM ESTRUTURA DE MADEIRA	m²	4.00			R\$ -	
1.3	5212557	SICRO	Placa de regulamentação para sinalização de obras montada em suporte metálico móvel - D = 1,00 m.	uni	30.00		R\$ -	R\$ -	
1.4	c.p 03248	Composição Própria	REMOÇÃO MECANIZADA DE PAVIMENTO EM PEDRA ARDOSIA.	m²	3,528.00		R\$ -	R\$ -	
1.5	40101	DEINFRA	PROJETO ARQUITETÔNICO	m²	3,528.00			R\$ -	
1.6	73686	SINAPI	LOCAÇÃO DA OBRA E CONTROLE GEOMÉTRICO DA EXECUÇÃO COM EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICOS	m²	3,528.00		R\$ -	R\$ -	
						SUBTOTAL 1	R\$ -	R\$ -	
2			DRENAGEM PLUVIAL/VALA DE INFILTRAÇÃO						
2.1	83659	SINAPI	Boca de lobo no passeio (BL), com tampa em concreto armado, em alvenaria de tijolo maciço, vigamento em concreto armado, revestida internamente com argamassa de cimento e areia sobre base de concreto simples	uni	14.00		R\$ -	R\$ -	
2.2	85323	SINAPI	Locação e nivelamento de tubulação de drenagem, com auxílio de equipamentos topográficos.	m	800.00		R\$ -	R\$ -	
2.3	73962/013	SINAPI	Escavação mecânica de vala não-escorada de material de 1ª categoria, com escavadeira hidráulica, com profundidade até 1,50m.	m³	300.00		R\$ -	R\$ -	
2.4	Composição de Custo	SINAPI	Tubo de concreto simples PS2 D=20 cm, fornecimento e assentamento, inclusive rejuntamento com argamassa e geotêxtil inclusive rejuntamento com argamassa e geotêxtil	m	112.00		R\$ -	R\$ -	
2.9	72887	SINAPI	Transporte Comercial com caminhão basculante em rodovia pavmentada (DMT 10Km)	m³xkm	4,800.00		R\$ -	R\$ -	
2.11	93382	SINAPI	Reatero de vala com material escavado, inclusive compactação mecânica	m³	560.00		R\$ -	R\$ -	
2.12	10567	SINAPI	Pranchão em madeira de 3º qualidade, espessura de 2,5cm.	m	112.00		R\$ -	R\$ -	
2.12	Composição de Custo	SINAPI	Vala de infiltração 50x50cm preenchida com brita n.º2, envolta com geotêxtil RT>12 e contendo 1 tubo de PVC rígido corrugado e perfurado DN150. RT12contendo1tubodePVCrígido corrugadoeperfuradoDN150. Fornecimento de todos os materiais e execução.	m	800.00		R\$ -	R\$ -	
						SUBTOTAL 2	R\$ -	R\$ -	
3			CICLOVIA						
3.1	72967	SINAPI	Fornecimento e assentamento de meio-fio reto em concreto pré-moldado fck 20MPa, dimensões 100x12x30cm, sobre lastro de brita e rejuntado com argamassa	m	800.00		R\$ -	R\$ -	
3.3	74015/001	SINAPI	Aterro manual para contenção do meio fio interno composto por material granular de empréstimo, inclusive adensamento e vibração, medido após compactação.	m³	800.00		R\$ -	R\$ -	
3.5	72887	SINAPI	Transporte de entulho e materiais reaproveitados, com caminhão basculante, rodovia pavimentada (DMT=5Km)	m³xkm	4,082.00		R\$ -	R\$ -	
3.6	72961	SINAPI	Regularização e compactação de subleito	m²	2,043.00		R\$ -	R\$ -	
3.8	73710	SINAPI	Lastro de brita graduada com e=10cm, compactado. Fornecimento e execução.	m³	204.30		R\$ -	R\$ -	
3.9	72965	Composição Própria	Fornecimento e Execução de Revestimento para Ciclovia em Concreto moldado in loco, usinado, acabamento desempenado e alisado, espessura 8cm, armado, com pigmento na cor vermelha	m²	2,043.00		R\$ -	R\$ -	
3.10	4011537	SICRO	Serragem de juntas em pavimento de concreto, limpeza e enchimento com selante a frio	m	800.00		R\$ -	R\$ -	
						SUBTOTAL 3	R\$ -	R\$ -	
4			BOLSÃO DE ESTACIONAMENTO						
4.1	C.P. 131210182567	Composição Própria	Execução DE PAVIMENTAÇÃO TIPO PAVER SOBRE COLCHÃO DE AREIA - EXCLUSIVE MATERIAL	m²	1,485.26		R\$ -	R\$ -	
						SUBTOTAL 4	R\$ -	R\$ -	
5			LIMPEZA FINAL DA OBRA						
5.1	9537	SINAPI	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	3,528.00		R\$ -	R\$ -	
						SUBTOTAL 5	R\$ -	R\$ -	
6			SINALIZAÇÃO						
6.1	10848	INSUMO/SINAPI	PLACA DE INAUGURAÇÃO DE OBRA EM ALUMÍNIO 0,60 X 0,80 M	uni	1.00		R\$ -	R\$ -	
6.2	10851	INSUMO/SINAPI	PLACA DE INDICATIVA EM ACRÍLICO E ADESIVO, COM SINALIZAÇÃO PARA DEFICIENTES, DIM.: 12 X 30 CM	uni	20.00		R\$ -	R\$ -	
6.3	C.P. 08467	Composição Própria	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D = 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI INCLUSIVE Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado para placa de regulamentação - D = 0,60 m - COMPOSIÇÃO SICRO MAR/2017 5213440 E 5213851	uni	30.00		R\$ -	R\$ -	
						TOTAL	R\$ -	R\$ -	
						TOTAL com BDI		R\$	



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



### ANEXO III MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO;

ESTADO DE SANTA CATARINA



**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50

#### MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

(Em Papel Timbrado da Empresa Licitante)

À/O [NOME DO ÓRGÃO]

Pela presente submetemos à apreciação da V. Sa. a nossa Proposta de Preço relativa ao Edital RDC Presencial Nº **XXXXXXXX**, declarando que:

- a) Executaremos os serviços e obras licitadas pelo Valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) referente ao mês da data limite para entrega da proposta;
- b) O prazo máximo de execução do objeto será de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos, sendo (\_\_\_\_) para elaboração e aprovação dos projetos executivos e (\_\_\_\_) dias corridos para execução da obra, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e de acordo com o Cronograma Físico proposto, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros que venham a ser verificados na preparação da proposta;
- c) Executaremos os serviços cumprindo rigorosamente o Termo de referência e Programa de necessidades, conforme estabelecido nesta Concorrência;
- d) O fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, impostos, taxas, seguros, custos, encargos sociais e trabalhistas referentes ao objeto desta licitação estão inclusos na proposta;
- e) Manteremos válida a proposta por um prazo mínimo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados da data limite para sua apresentação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021

Atenciosamente,

Assinatura, nome e cargo do Representante Legal da licitante interessada

\_\_\_\_\_  
[NOME DA EMPRESA]



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## ANEXO IV MODELO PLANILHA DE ORÇAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50

### MODELO DE PLANILHA DE ORÇAMENTO (PREÇOS) DA PROPONENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO	
				UNITÁRIO	TOTAL
				(R\$)	(R\$)
<b>PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS</b>					
Importa o presente PREÇO TOTAL DOS SERVIÇOS em:					
NOME DO RESPONSÁVEL:				ASSINATURA:	





## **ANEXO V MODELO DE BDI E ENCARGOS SOCIAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50



### **MODELO DE QUADRO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI) E ENCARGOS SOCIAIS**

#### **TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)**

<b>Identificação da Taxa (Exemplo)</b>	<b>% Valor Total</b>
Administração central da empresa	___%
Custos financeiros	___%
Seguros e garantias	___%
Lucro	___%
_____	___%
_____	___%
_____	___%
<b>TOTAL</b>	___%

#### **TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS**

<b>Identificação da Taxa (Exemplo)</b>	<b>% Valor Total</b>
Administração central da empresa	___%
Custos financeiros	___%
Seguros e garantias	___%
Lucro	___%
_____	___%
_____	___%
_____	___%
<b>TOTAL</b>	___%

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

Atenciosamente,

Assinatura, nome e cargo do Representante Legal da licitante interessada.

[NOME DA EMPRESA]

\_\_\_\_\_



## ANEXO VI MODELO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50

### MODELO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FINANCEIRO							
CÓDIGO	ETAPAS	MESES					
		1º MÊS		2º MÊS		-----	
		PS	VALOR	PS	VALOR		
NOME DO RESPONSÁVEL:				ASSINATURA:			



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL



ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

#### DECLARAÇÃO

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

Declaramos para os devidos fins que nossa instituição cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, relativa à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local:	Data:
--------	-------

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Nome:**

\_\_\_\_\_



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"

**ANEXO VIII**  
**MODELO DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E**  
**INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA



**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50

**MODELO DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E**  
**INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº. \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a)  
da Carteira de identidade Nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_.  
Declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos de  
habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos  
relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições  
estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

Atenciosamente,

Assinatura, nome e cargo do representante Legal da licitante interessada.

[NOME DA EMPRESA]

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO VIX**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

"Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas"



## MODELO DECLARAÇÃO O DE EQUIPE TÉCNICA



ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

CNPJ 83.102.855/0001-50

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

NOME	FUNÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Conforme consta no Edital, disponibilizamos a equipe técnica nominada no quadro acima, para a realização dos serviços objeto deste Edital de RDC

\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local e data

Assinatura, nome e cargo do representante Legal da licitante interessada.

[NOME DA EMPRESA]

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





**ANEXO X  
MODELO AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO EM EQUIPE TÉCNICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

SECRETARIA DE GOVERNO

CNPJ 83.102.855/0001-50



**MODELO AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO EM EQUIPE TÉCNICA**

\_\_\_\_\_, Engenheiro/Arquiteto, registro no CREA/CAU Nº \_\_\_\_\_, autorizo a empresa [NOME DA EMPRESA], a incluir meu nome na equipe técnica encarregada da realização dos serviços constantes no RDC nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

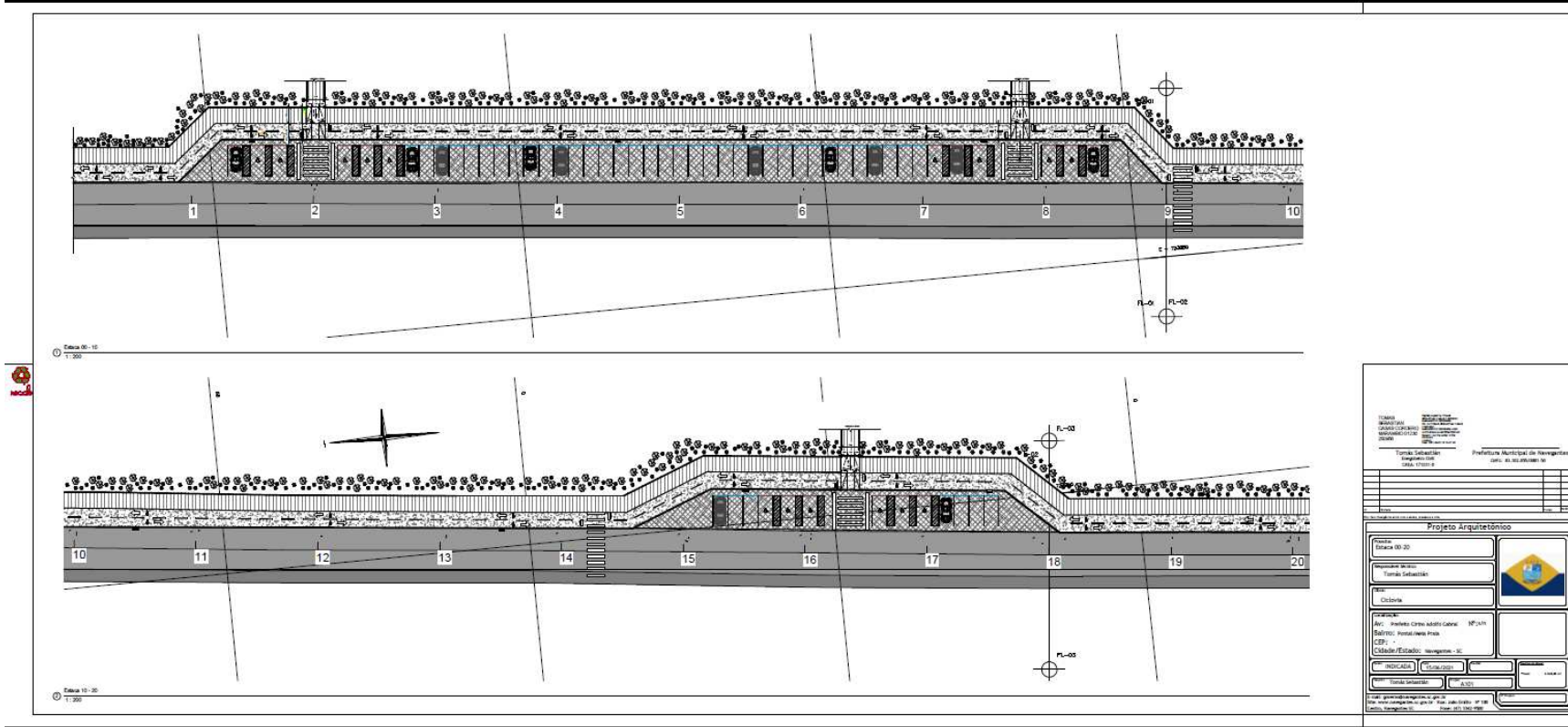
\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

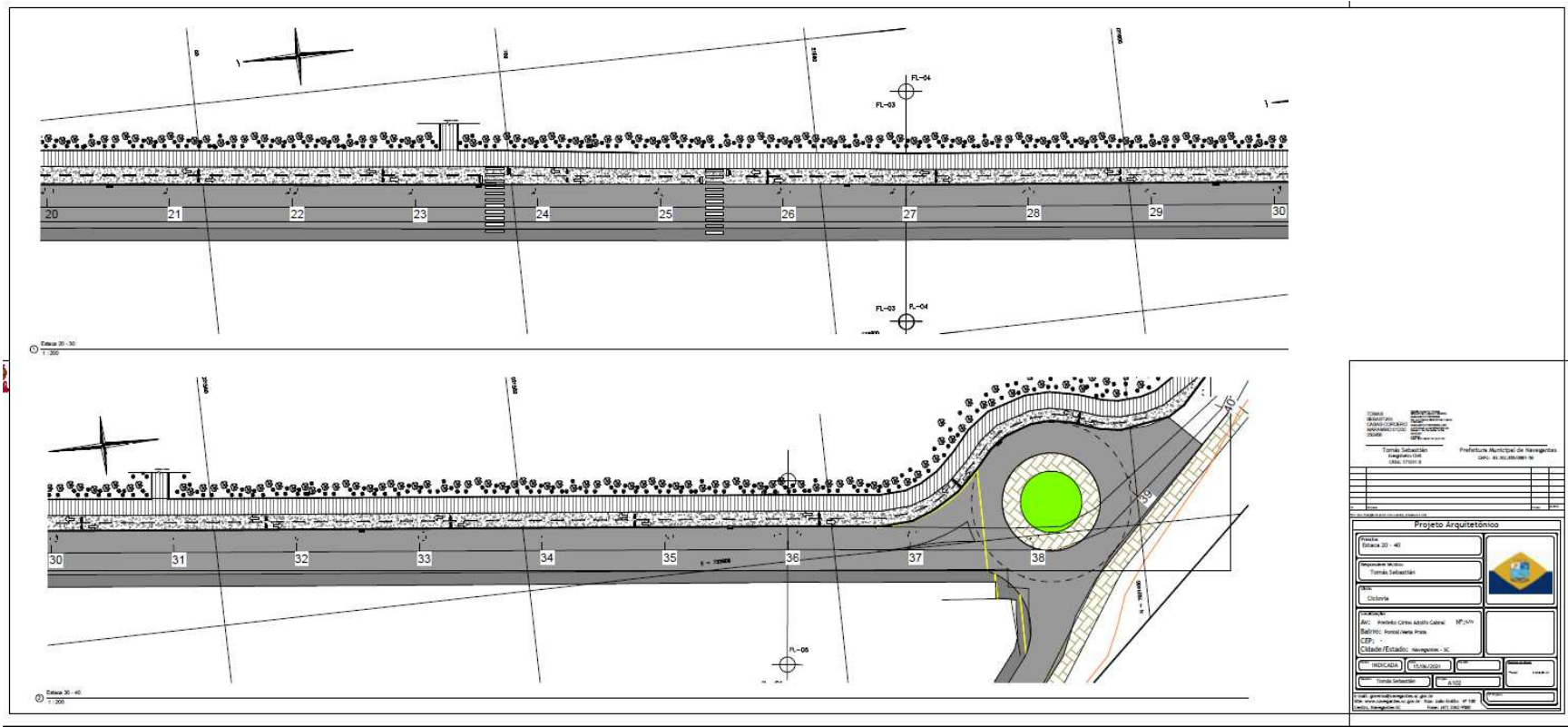
\_\_\_\_\_  
Assinatura, nome e número do CREA/CAU

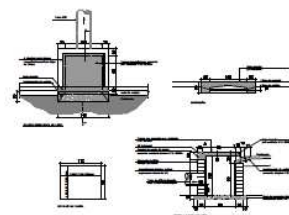
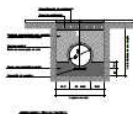
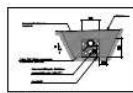
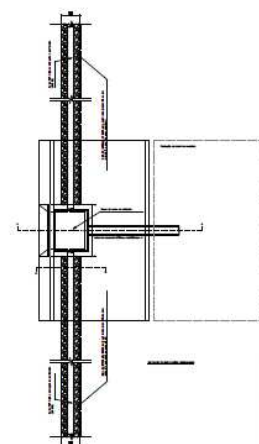
\_\_\_\_\_  
(empresa)



## ANEXO XI PROJETOS







DETALHAMENTO BORDA DE LONA

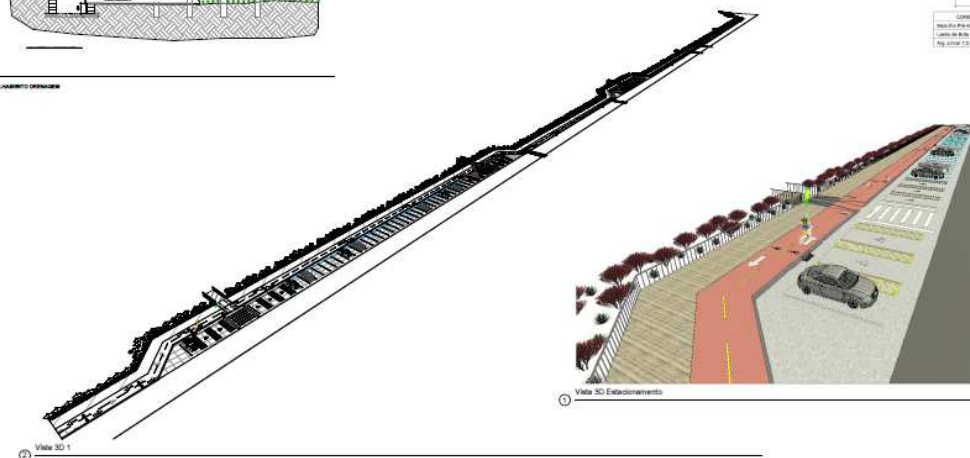
Aparelho de luz de concreto a/7 fuso plano											
Informações de Teto			Aparelho de luz em vaso			Aparelho de luz em vaso			Aparelho de luz em vaso		
#	Pr.	Classe de	Proteção	Aparelho de luz em vaso	Comprimento	Comprimento	Comprimento	Comprimento	Comprimento	Comprimento	Comprimento
(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)	(m)
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100



DETALHAMENTO CORDOÃO



CORDOÃO DE LONA



Vista 3D Estacionamento

Vista 3D 1

<b>TOMÁS SEBASTIÃO</b> CASAS CORDEIRO MATRÍCULA: 0123456789 250456		Prefeitura Municipal de Navegantes CNPJ: 03.102.855/0001-50	
Tomás Sebastián Engenheiro Civil CREA: 171212-L-0			
Projeto Arquitetônico			
Descrição: Detalhes/visas			
Responsável Técnico: Tomás Sebastián			
Obra: Ciclovia			
Localização: Av: Prefeito Cirilo Adolfo Cabral, Nº 100 Bairro: Ponta/Meia Praia CEP: - Cidade/Estado: Navegantes - SC			
Data: 15/06/2023		Escala: 1:100	
Autor: Tomás Sebastián		Data: 15/06/2023	
E-mail: governo@navegantes.sc.gov.br Site: www.navegantes.sc.gov.br Fone: (47) 3342-1000 Centro, Navegantes-SC			





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**ANEXO XII**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO PMN – Nº XXX/2021**  
**RDCI Nº 121/2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO POR CONTRATAÇÃO INTEGRADA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.**

**O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50 neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Navegantes, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza e pela Secretária Municipal de Obras, Sra. Caroline da Silva Bressan, nomeada através da Portaria nº017/2021 de 01 de janeiro de 2021, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, e a empresa XXXXXXXXXXXXX com sede na cidade de XXXXXXXX, Estado XXXXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, no Bairro XXXXX, XXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto deste Contrato, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL) POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES) DA DRENAGEM DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADA NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, TRECHO ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC**, conforme RDCI nº 121/2021, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL), POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO- RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES), DA DRENAGEM E DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADO NA AV. PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, NOS TRECHOS ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, CONFORME CRONOGRAMA	SER	1,00	0,00	0

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC

**Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



	FÍSICO FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS EM ANEXO.				
				Total	0,00

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus Anexos, os seguintes documentos:

a) Edital de RDCI nº 121/2021 CONTRATADA;

c) Ata de Reunião de Julgamento de Proposta menor preço global e habilitação;

2.2 Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, DO PRAZO CONTRATUAL, DA PRESTAÇÃO E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O prazo contratual total para a execução dos serviços será de 60 (sessenta ) dias corridos contados a partir da expedição da pertinente Ordem de Serviço, que será emitida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES após a assinatura do Contrato (e respectiva publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina), observado as disposições legais, o qual determina que a emissão da Ordem de Serviço esteja condicionada à comprovação do efetivo ingresso dos recursos financeiros e a realização do devido empenho global no valor suficiente para assegurar o pagamento das obrigações adjudicadas para o exercício em curso, conforme estabelecido no cronograma de desembolso.

3.2 A emissão da Ordem de Serviço ocorrerá após a homologação do Processo e assinatura do contrato.

**3.3 O início dos serviços objeto desta licitação deverá ocorrer dentro de um prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ou outro setor legalmente responsável.**

3.4 A eventual prorrogação do prazo previsto no subitem anterior somente será admitida nas condições estabelecidas no § 1º incisos I a VI do art. 57 da Lei N. 8.666/93.

3.5 O pedido de prorrogação de prazo deverá ser solicitado, no mínimo 60 (sessenta) dias, antes de expirar o prazo contratual.

3.6 Os serviços serão executados no seguinte endereço: **AV. PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, TRECHO ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – SC.**

3.7 Conforme artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei nº 12.462/11, é vedada a celebração de termos aditivos sob a modalidade de Regime Diferenciado de Contratação, ressalvadas as exceções:

**Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições:**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**§ 4º Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada, é vedada a celebração de termos aditivos aos contratos firmados, exceto nos seguintes casos:**

**I - para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; e**

**II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

### **3.8 DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

**3.8.1 Os serviços deverão ser iniciados no máximo, em 05 (cinco) dias, dias a partir da emissão da Ordem de Serviço pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ou outro setor legalmente responsável.**

**3.8.2 Os serviços prestados objetos do presente deverão ser executados pela empresa vencedora da licitação, diretamente no local licitado, iniciando os trabalhos em até 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de compras e serviços.**

**3.8.3 A Empresa deverá durante todo o período do contrato, disponibilizar os equipamentos pertinentes à prestação do referido objeto.**

**3.8.4 Os serviços que não forem adimplidos e contratados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da aquisição e prestação de serviços pelo Município, não podendo se falar em perdas e danos.**

### **3.9 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**3.9.1 Poderá ocorrer a subcontratação parcial de 30% dos serviços, em casos excepcionais expressamente aprovados pela Secretaria de Obras, excetuando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto.**

### **CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

**4.1 A Publicação deste Instrumento Contratual será providenciada conforme normas da Legislação Vigente.**

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1 A medição mensal dos projetos e obras deverá ser requerida pela Contratada, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do 1º (primeiro) dia útil posterior ao período de adimplemento de cada parcela.**

**5.2 Os serviços serão medidos mensalmente, para acompanhamento da evolução da obra, sendo que os pagamentos somente serão realizados após a conclusão de cada evento proposto pela licitante e aceito pela Secretaria de Obras.**

**5.3 A medição deverá ser liberada pela Fiscalização no máximo até o 15º (décimo) quinto dia a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.**

**5.4 Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada da medição dos serviços executados.**

**5.5 A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, devendo o ISS – Imposto Sobre Serviços ser recolhido.**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC

**Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



5.6 A Contratada deverá, ainda, no processo de medição, comprovar o pagamento das contribuições sociais, mediante a apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e Informações a Previdência Social – GFIP – e a Guia de Previdência Social– GPS -, bem como da folha de pagamento dos empregados vinculados à Nota Fiscal.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES**

6.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

6.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos e serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes do fornecimento/entrega dos materiais e serviços prestados e executados, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

6.5 A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes dos Serviços prestados/executados (com fornecimento de materiais), por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo o Município de Navegantes/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

6.6 A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar ART de execução antes do início dos serviços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Executar os serviços, de acordo com as normas vigentes e fiscalização da Secretaria de Obras;

b) Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamento de Proteção Individual) para atendimento às Normas de Segurança e Higiene do Trabalho conforme portaria reguladora do Ministério do Trabalho.

c) Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo o material necessário para a execução dos mesmos;

d) Elaborar mediante análise da fiscalização da Secretaria de Obras as notas de serviço, as medições das obras e o respectivo controle das mesmas;

e) Ser responsável pelo cuidado contínuo e constante de todo e qualquer material necessário à execução dos serviços relacionados nas ORDENS DE SERVIÇO;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- f) Controle e Gestão da Qualidade e Plano de Trabalho, e seus Anexos com as devidas adequações para elaboração do Plano de Ataque (PA) – ver pag. 17 - que é parte integrante do Plano de Trabalho.
- g) Dispor de todos os equipamentos, acessórios e ferramentas necessárias à execução dos serviços relacionados nas ORDENS DE SERVIÇO;
- h) Manter todos os equipamentos em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor;
- i) Instalação, operação e manutenção de sinalização diurna e noturna, vertical e horizontal, mantendo a operação da via no período de execução das obras visando a segurança de pedestres e usuários da via.
- j) Atentar para todas as exigências e orientações constante no que se refere a apresentação do Plano de Trabalho (PT) e Plano de Ataque (PA), Plano de Controle e Gestão da Qualidade (PCGQ) e Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra, para aprovação previa antes da emissão da ordem de serviço;
- k) Obter todas as licenças e/ou autorizações ambientais necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, quando couber, bem como atender às condicionantes nelas impostas;
- l) Apresentar à fiscalização os comprovantes de destinação final dos resíduos;
- m) Compete a contratada o envio de um relatório mensal de andamento da obra, contendo um boletim de medição, com o pedido da parcela considerada por ele adimplida, descrições dos itens realizados no mês, cronograma “programado x realizado”, avanço da obra, pendências, eventos programados para o próximo mês, destaques (marcos importantes cumpridos durante o mês), programação de serviços para recuperação de eventuais atrasos de eventos e outros tudo de acordo com os requisitos do item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;
- n) Sempre que o Contrato se referir aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor, salvo expressa disposição em contrário no Contrato.
- o) Deverá ser elaborado o Plano de Trabalho, a ser aprovado pela Contratante (Secretaria de Obras) e que caso não seja aprovado impedirá a assinatura do contrato. No Plano de Trabalho, a empresa vencedora da licitação deverá apresentar o planejamento de execução da obra, indicando a sequência a ser adotada para realização das obras, ou seja, seu Plano de Ataque, bem como cronograma físico-financeiro tudo de acordo com os requisitos do item “Planejamento, Monitoramento e Controle da Obra”;
- p) As obras deverão ser executadas de acordo com os projetos executivos, e somente poderão ser executadas após a aprovação dos mesmos.
- q) A contratada providenciará a execução e instalação de placas alusivas ao objeto contratado, nos padrões das legislações vigentes, além daquelas obrigatórias pela legislação vigente.
- r) A necessidade de desvio de tráfego, a contratada será a única responsável pela elaboração e aprovação dos projetos junto aos órgãos municipais responsáveis, bem como pela implantação dos desvios.
- s) Todas as obras deverão ser dotadas de vedações provisórias como por exemplo, cerquites, tapumes, cones devidamente sinalizados, de forma a garantir a segurança dos veículos e transeuntes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



t)A Contratada deverá atender integralmente aos requisitos mínimos de Meio Ambiente, estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras, Convenções, Decretos e Instruções, bem como da Legislação Municipal, Estadual e Federal e exigências específicas de possíveis organismos financiadores do empreendimento, conforme escopo do Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual.

8.2 Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados neste Edital.

8.3 Designar Fiscal, mediante Portaria, para fiscalizar a execução dos serviços, realizar medições e cadastrá-las no sistema de controle municipal, proceder às anotações no Livro de Ocorrências (Diário de Obra) referentes ao andamento da obra, bem como, acompanhar o cumprimento, pela Contratada, de todas as obrigações contratuais e legais referentes à obra, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.4 Observar o que contempla a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, publicada no DOU de 17/11/2009, com alterações, e em especial as determinações contidas nesta instrução quanto aos recolhimentos de INSS sobre a mão-de-obra (art.112 a 147).

#### **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES**

9.1 Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

9.2 Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

9.3 A empresa vencedora dos serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição dos serviços porventura entregues não compatíveis com as especificações do contrato.

9.4 Durante o prazo de garantia dos serviços prestados o fornecedor/prestador de serviços fica obrigado a substituir os serviços incompatíveis no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

9.5 Os serviços prestados, deverão estar em plena conformidade com as normas vigentes quando aplicáveis, Ministério do Trabalho, obedecendo e respeitando toda a legislação brasileira dos direitos do consumidor, particularmente o "Código de Defesa do Consumidor", nos termos da Lei 8.078, de 11/9/90.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS/EXECUTADOS**

10.1 O contrato será fiscalizado pela Secretaria de Obras, com atribuição de exercer a coordenação técnica, administrativa e a fiscalização. A Contratada deverá prestar toda colaboração e fornecer todos os dados e informações necessárias e solicitadas pela Fiscalização para o desenvolvimento de suas atividades.

10.2 A Fiscalização relativa aos Serviços e Obras compreende basicamente as atividades de verificação dos controles tecnológicos realizados pela Contratada, incluindo o acompanhamento dos ensaios para controle de atendimento às Especificações de Obras e Serviços, Especificações dos Produtos, às normas vigentes e aos requisitos contratuais, como atendimento do cronograma de obra.

10.3 A Fiscalização da Secretaria de Obras poderá ser apoiada por empresa supervisora contratada. O Contratante decidirá quando e onde será mais conveniente realizar as inspeções e notificará a contratada responsável pela execução dos serviços sobre os problemas encontrados.

10.4 A Contratada deverá prestar contas à Secretaria de Obras, por meio de reuniões semanais de acompanhamento e Relatórios Mensais de Atividades, sobre a gestão das atividades contratadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CAUÇÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

11.1 A caução de garantia de execução do Contrato tem por objetivo oferecer garantia à Administração quanto ao fiel cumprimento, pela proponente vencedora, de todas as obrigações direta ou indiretamente vinculadas ao Contrato e ela adjudicado;

**11.2 A CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá depositar, a título de caução de garantia de execução do contrato, a importância correspondente de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato. Em se tratando de dinheiro, esta deverá ser depositada no banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104), conta nº 91-6 Ag.: nº. 1879-1 Op: 006, devendo o comprovante ser protocolado no Protocolo Geral do Município, até o dia da assinatura do Contrato;**

11.3 As garantias sob as formas de Seguro e Carta de Fiança deverão ser registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, às expensas da proponente vencedora, bem como deverão ter a assinatura do representante do segurador ou fiador, conforme o caso, com firma reconhecida e ser protocolado no Protocolo Geral do Município, até o dia da assinatura do Contrato;

11.4 As garantias sob a forma de Título da Dívida Pública serão aceitas, desde que tenham sido emitidas sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos (Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93);

11.5 A proponente vencedora estará sujeita à prestação de garantia adicional, caso o valor de sua proposta esteja enquadrado no disposto no parágrafo 2º do artigo 48 da Lei 8666/93 com a nova redação da Lei 9.648, de 27/05/98;

11.6 O valor da caução e o seu prazo de validade deverão estar permanentemente atualizados até a expedição do Termo de Recebimento Definitivo das Obras e Serviços;

11.7 A caução de garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da proponente vencedora, após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo das Obras e Serviços. Em caso de rescisão do Contrato ou de interrupção



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



dos serviços, não será devolvido o valor da CAUÇÃO DO CONTRATO, a menos que a rescisão ou paralisação decorra por culpa da Administração, nos termos da legislação vigente;

11.8 Na hipótese da caução de garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida e conter a expressa renúncia aos benefícios referidos nos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 da Lei 10.406/2002 - CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Preferencialmente, o Banco fiador deverá ter filial em Navegantes, Estado de Santa Catarina;

11.9 Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos Serviços, respeitado os limites previstos na Lei 8.666/93, a proponente vencedora deverá proceder ao reforço da caução inicial no mesmo percentual estabelecido no **Item 11.2**;

11.10 Havendo prorrogação de prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a Proponente vencedora reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração os créditos da proponente vencedora, enquanto não efetivada tal garantia, o valor a ela correspondente;

11.11 A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇOS até a emissão da ordem de serviço, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas em Lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1 A não prestação dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do contrato.

12.2 À CONTRATADA, se recusar a prestar os serviços ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

12.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

12.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

12.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

12.6 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato.

12.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

12.8 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente ou ainda descontados da garantia contratual prestada.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO**

13.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

13.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

13.3 Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 A CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇOS assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

14.2 Compete ao Município de Navegantes/SC à gestão do presente contrato.

14.3 Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

14.4 Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14.5 Os casos omissos serão decididos e resolvidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio em conformidade com as disposições constantes na (s) Lei (s) nº 8.666/93 e nº 10520/02 citada no preâmbulo do Edital, e dos princípios gerais de direito público.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TOLERÂNCIA**

15.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

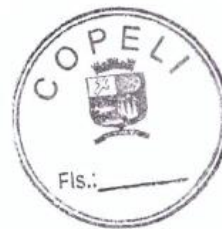
16.1 As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Navegantes, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, **MUNICÍPIO** e **CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇOS**, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes, xx de xxxxx de 2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



EMI BRANCO

EMI BRANCO

**LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA**  
Prefeito Municipal de Navegantes

**CAROLINE DA SILVA BRESSAN**  
Secretária Municipal de Obras

CONTRATADO:

EMI BRANCO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX

Neste ato representado por

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-X

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

EMI BRANCO

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

EMI BRANCO

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

CNPJ: 83.102.855/0001-50      Telefone: 47342-9500  
RUA JOAO EMILIO, 100  
C.E.P.: 88375-000      - Navegantes - SC

**REGIME DIF. CONTRATAÇÃO**

**Nr.: 121/2021 - RDC**

Processo Administrativo: 115/2021  
Data do Processo Adm.: 23/08/2021  
Processo de Licitação: 121/2021  
Data do Processo: 24/09/2021

Folha: 1/1

**ANEXO XIII**  
**RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO**

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit. Máximo	Total Preço Máximo
1	1,000	SER	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL), POR MEIO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO- RDC, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA DA CICLOVIA, BOLSÕES DE ESTACIONAMENTO, DA PISTA DE ROLAMENTO (NAS INTERVENÇÕES), DA DRENAGEM E DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADO NA AV. PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, NOS TRECHOS ENTRE AS PRAIAS DO BAIRRO SÃO PEDRO E CENTRO, CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS EM ANEXO. (589644)			
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Máximo Geral:	0,0000